

MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 05/19

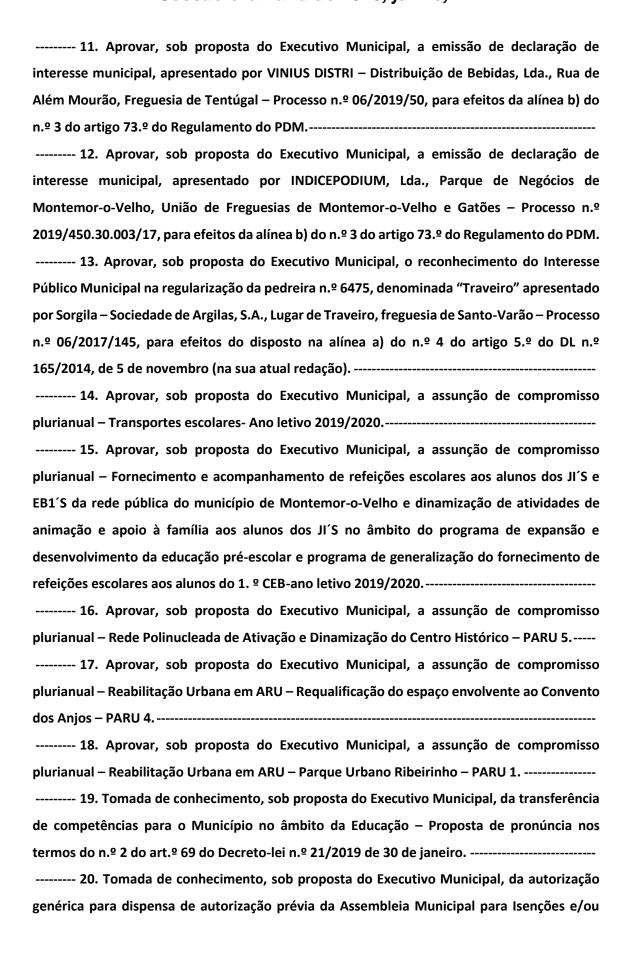
Data da Sessão: 27 de junho de 2019

Início da Sessão: 16.00 horas Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos	
1º Secretário: Joaquim António Graça Rainho	
2º Secretário: Célia Margarida dos Santos Craveiro	

Aos 27 dias do mês de junho do ano de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Município,
reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte
ordem de trabalhos:
1. Período de Antes da Ordem do Dia
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da
alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 3.ª Revisão ao Orçamento 2019 e
Grandes Opções do Plano 2019-2022
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a transferência de competências
para as Autarquias Locais para o ano de 2020 — Diplomas sectoriais — proposta de não-
aceitação do exercício das competências
5. Lei n.º 50/2018 de 16 agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as
autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Diploma de âmbito setorial D.L.
21/2019, de 30 de janeiro – Aprovar sob proposta do Executivo Municipal, a não-aceitação da
transferência de competências para a Câmara Municipal no domínio da educação para o ano
2019 e o acordo prévio de não oposição ao exercício das competências para as Entidades
Intermunicipais
6. Lei nº 50/2018 de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para
as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Diploma de âmbito setorial Decreto-
lei nº 23/2019 de 30 de janeiro – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a não-
aceitação da transferência de competências para a Câmara Municipal no domínio da saúde
para o ano de 2019 e o acordo prévio de não oposição ao exercício das competências para as
Entidades Intermunicipais
7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a transferência de competências
para as Juntas de Freguesia – Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril
8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de composição dos júris
para procedimentos concursais de cargos dirigentes
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a emissão de parecer ao abrigo do
n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – José dos Reis Costa Monteiro
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a emissão de parecer ao abrigo do
n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria de Encarnação da Costa
Laranjeiro



reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre
01/04/2019 e 31/05/2019
21. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da autorização
genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos
Plurianuais - Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/04/2019 e
31/05/2019
ADITAMENTO
22. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Diploma de âmbito setorial DL
58/2019 de 30 de abril – proposta de não-aceitação das competências para o Município e
proposta de acordo prévio de não oposição ao exercício das competências pela da CIM, no
âmbito do art.º 8.º
23. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Decreto-Lei 72/2019 de 28 de
maio - Áreas Portuárias - proposta de não-aceitação do exercício da transferência de
competências para o Município para os anos 2019 e 2020
Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes
presenças:
Presenças – Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Joaquim António Graça Rainho e Célia Margarida
dos Santos Craveiro
Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, António Augusto
Santos Torres, Francisco José Couceiro Nobre, Fernando Pereira Nunes Curto, Maria João Batista
Sobreiro, Marcelo Gustavo da Silva Ferreira, Luís António Girão da Fonseca, Lídia Maria Cavaleiro
Teixeira Pagaimo, Bruno Miguel Nunes Ferrão, Elisa Maria Sá Pinto, em substituição de Carlos
Lucas Correia, Renato Moço Nogueira Ribeiro, em substituição de António Monteiro Saltão,
Tiago Dinis Santos Silva, em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Nuno Filipe
de Jesus Cardoso, em substituição de Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, José Manuel
Té Pereira, em substituição de Sara Cristina da Cruz Gomes, Ruben Emanuel Jorge Soure, em
substituição de Rui Jorge Félix de Almeida
Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, União
das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Tesoureiro da JF Seixo e Secretária
da JF de Tentúgal
Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dulce Maria Melo Ferreira, José Jacírio Teixeira
Veríssimo, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha, Paula Elisabete Pires Costa Rama, Décio
António Tinoco Matias e Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal

Faltas justificadas, sem substituições: Telma Margarida Neves Simões, José Antonio Pecegueiro
Ferreira Serrano e PJF da UF de MMV e Gatões
O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 16h15m.
Saudou os presentes e disse: "Temos quórum e vamos dar início à nossa sessão ordinária da
Assembleia Municipal
A primeira questão que vos gostaria de informar, naturalmente, já devem ter reparado
na mesa que, o nosso habitual secretário, Eng.º Carlos Lucas pediu a substituição para esta
sessão, e por isso eu convidei o Senhor Joaquim Rainho para secretariar hoje, a mesa da
Assembleia Municipal
Depois, uma outra informação, tem a ver com o pedido de renúncia de mandato que
recebi da Dr.ª Sílvia Monteiro, nessa perspetiva, hoje a nossa reunião começa com a tomada de
posse, como membro efetivo da nossa Assembleia, o Senhor deputado municipal Bruno Miguel
Nunes Ferrão
Tomou posse como membro efetivo da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho,
Bruno Miguel Nunes Ferrão
Portanto, apesar de quase ter participado em todas as Assembleias, de qualquer
maneira, nesta qualidade, eu tenho que, em nome de todos nós desejar-lhe as boas vindas e
que continue profícuo o trabalho que tem realizado até aqui
Depois, ainda antes de entrarmos na nossa ordem de trabalhos, devem ter na vossa
secretária, um pedido de agendamento extraordinário da Câmara Municipal que me chegou
hoje, aliás, alguns dos membros devem ter chegado assim como eu e, perceberam que estava a
decorrer uma reunião da Câmara Municipal e, o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara
Municipal, solicitam-me que agende mais dois pontos
Estes pontos, já devem ter dado uma vista de olhos na documentação que o nosso
secretariado distribuiu, são pontos que de alguma forma se inserem naquilo que já estava na
ordem de trabalhos isto é, na transferência de competências e, tem a ver sobretudo, com
transportes fluviais e áreas portuárias que, no fundo, o Município de Montemor-o-Velho, apesar
de ser atravessado pelo rio, não tem essa competência, muito menos áreas portuárias mas,
evidentemente, é para delegarmos a questão da não oposição da transferência para a CIM, para
os municípios que a têm
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Cumprimento na sua pessoa todos os elementos desta Assembleia, Senhor
Presidente de Câmara, Exmos. Vereadores, Exmas. Funcionárias

Sobre este ponto, é evidente que a nossa Bancada não tem nada a opor introdução dele
mas, eu já vinha a pensar fazer aqui uma intervenção sobre o ponto 5. e 6. e, como também tem
que ver com a mesma matéria do ponto 1. do ofício do Senhor Presidente da Câmara, o que vou
dizer aplicar-se aos 3. Portanto, no nosso entendimento, este ponto 1, devia ser desdobrado em
dois pontos, tal como o 5. e o 6., porque a nós parece-nos que uma coisa é a proposta de não
aceitação das competências para o Município e outra coisa é o acordo prévio de não oposição
ao exercício das competências pela CIM, quer neste ponto 1., quer no ponto 5. e 6. da ordem de
trabalhos."
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Senhora deputada, eu agendei-o assim mas,
naturalmente, disse depois ao Senhos Presidente de Câmara que na Assembleia nós faríamos
duas votações distintas: uma relativamente à questão do Município e outra relativamente à
questão da CIM. Se entenderem que deve ser desdobrado, eu tinha intenção de fazer duas
votações diferentes. Está agendado assim, porque foi solicitado pela Câmara assim mas,
naturalmente quer nesses, quer neste, faremos duas votações distintas
Não havendo nenhuma oposição, faríamos um aditamento à Ordem de Trabalhos dos
pontos 22.º e 23.º
Aprovada que está a nossa ordem de trabalhos com estes dois pontos aditados, vamos
à nossa ordem de trabalhos e, a nossa ordem de trabalhos começa naturalmente com o período
de antes da ordem do dia
Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia
Relativamente a esses assuntos e, eu faço só aqui um pequeno compasso de espera,
porque me esqueci, apesar de ter a nota aqui, de saudar de uma forma muito especial, o Senhoi
José Manuel Té Pereira, porque é a primeira vez que participa numa Assembleia Municipal
como deputado municipal substituto. José Manuel, bem-vindo a esta reunião e, evidentemente
que possa participar mais vezes. Em meu nome e em nome de todos os elementos da Assembleia
Municipal e da Câmara Municipal, bem-vindo!
Dizia eu que no nosso período de antes da ordem do dia, como é habitual, nós temos a
aprovação das nossas atas
Hoje como sabem temos duas atas: a ata da assembleia ordinária de 15 de abril de 2019
(ata n.º 03) e a ata da assembleia extraordinária de 25 de abril de 2019 (ata n.º 04)
Não havendo nenhuma alteração às mesmas, a ata da sessão ordinária de 15 de abril de
2019 e a ata da sessão extraordinária de 25 de abril de 2019, foram aprovadas por unanimidade
de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo

que refere. Não participam na aprovação das atas os membros que não termam estado
presentes na reunião a que elas respeitam"
Relativamente à listagem da correspondência expedida e recebida, para além da lista
que vos foi facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de
substituição para esta sessão. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à
ontade para o fazer no Secretariado da Assembleia Municipal
Como é hábito, interrompo a sessão durante 3 minutos para apresentação de moções,
requerimentos, propostas e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia."
Os trabalhos foram suspensos durante 3 minutos
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Vamos retomar os nossos trabalhos. Foram
apresentados 2 requerimentos e 4 moções
Eu passava a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, que tem uma moção de
congratulação de aniversário
Moção apresentada pelo Primeiro Secretário, António Rainho (PS) — Moção de
Congratulação de aniversário a diversas associações do concelho, conforme documento anexo
à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade
Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) – Moção de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02,
e que foi aprovada por unanimidade
Moção apresentada pelo membro Albertina Jorge (PS) – Voto de Louvor ao Clube do
Desporto Escolar do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, conforme documento
anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade
Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo
e Sempre) – Congratulações pela atribuição da medalha de Ouro 2019, para a Queijada de
Pereira no Concurso Nacional de Doçaria Rica Tradicional Portuguesa, conforme documento
anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade
Requerimento apresentado pelo membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor
Tudo e Sempre) – Solicitação de cópia do protocolo celebrado em 2001 com a APA das estradas
que atravessam o campo para solucionar o problema do trânsito com a queda da Ponte das
avandeiras, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi remetido
à Câmara Municipal
Requerimento apresentado pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por
Montemor Tudo e Sempre) – Pedido de consulta à Câmara Municipal de toda a documentação

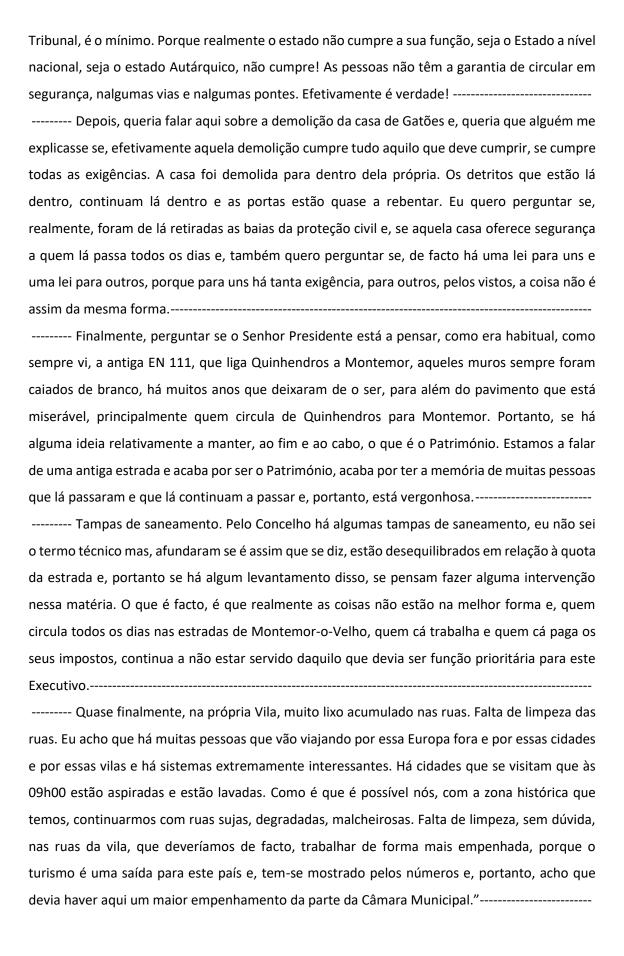
relativa à viagem da comitiva a Moçambique, conforme documento anexo à presente ata, sob
o número 06, e que foi remetido à Câmara Municipal
Usou da palavra o PMAM que disse: "Só para informar a Dr.ª Maria João Sobreiro que
este requerimento, uma vez que é um pedido de consulta à Câmara Municipal, recebeu este
meu despacho: "Ao Senhor Presidente da Câmara para procedimento conforme, sendo certo
que a Assembleia Municipal não trata de comitivas partidárias.""
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Senhor Presidente vai-me desculpar mas, os elementos que compõem a
Assembleia Municipal são partidos políticos e, a Câmara também representa um partido político,
portanto, a Comitiva foi liderada pelos órgãos que estão no Executivo, neste caso pelo partido
da maioria, eu penso que são socialistas, agora estou na dúvida."
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Senhora deputada, aquilo que os partidos ou as
comitivas partidárias fazem, penso que este não é o objetivo da sua questão, a Senhora quer
saber da Delegação Municipal que se deslocou a Moçambique e, as perguntas têm todo o
cabimento, mas eu não posso ignorar que a senhora diga no requerimento: "pedido de consulta
à Câmara Municipal de toda a documentação relativa à viagem da comitiva socialista a
Moçambique". Fosse da comitiva socialista, fosse da comitiva da CDU, fosse da comitiva de
quem quer que fosse, não é? A Assembleia Municipal não trata de comitivas partidárias."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Senhor Presidente não tenha problemas nenhuns com isso. Se me der a
oportunidade de corrigir e retirar essa palavra, o requerimento entra na mesma."
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Eu julgo que era essa a sua vontade e, por isso
lhe disse que o que pretendia eventualmente saber, face à questão das perguntas, era da
delegação municipal que se deslocou a Moçambique, porque foi isso que, de facto, aconteceu.
Se assim o entender, poderá fazer outro requerimento mudando o assunto e a
introdução. Foi o que eu detetei, digamos que, não conforme. Mal vai esta Assembleia quando
andar a fiscalizar os partidos que a compõem."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Senhor Presidente, não seja por causa disso, porque eu tenho aqui um
requerimento que já darei entrada a substituir esse. Muito obrigada."
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Então, corrigidos os formalismos, vai dar
entrada um requerimento da senhora deputada Maria João Sobreiro, cujo conteúdo é
efetivamente o mesmo ou idêntico, exceto naturalmente, àquilo que diz respeito à vida

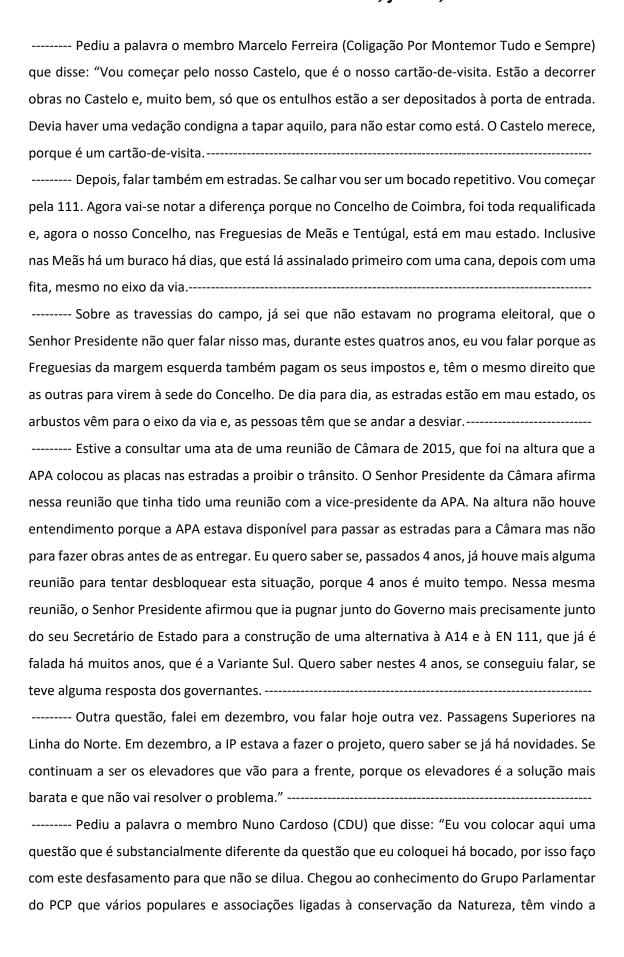
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2019, junho, 27

partidária. Esse requerimento será anexo à presente ata, sob o n.º 7."
Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: "De facto, às vezes há aqui
questões de pormenor que podem não ser da agilidade de cada um mas, as questões estão aqui
para ser colocadas e a finalidade é que sejam dadas respostas concretas e, não podemos meter
grãos na engrenagem com questões de pormenor
Sendo isto, a CDU vai colocar as questões de outra forma: A Câmara Municipal de
Montemor-o-Velho realizou durante 10 dias uma viagem a Moçambique, com o intuito de
verificar se os bens angariados na campanha "Montemos por Moçambique", tinham chegado
ao destino. Não obstante a tal campanha, a preocupação da CDU prende-se com a fatura
publicada no portal do Governo que valoriza 10.065,00 € em alojamento e refeições, para além
de uma outra de 8.449,00€ na aquisição da referida viagem. Estas faturas estão publicadas. De
referir que a comitiva foi integrada por 7 elementos. Para além deste elevado valor e c
injustificado número de membros da comitiva para as necessidades que se apresentavam ainda
se deve juntar as despesas das passagens aéreas assim como as ajudas de custo que cada um
dos sete usufruiu durante tal período
É desta forma que a CDU considera injustificável que num momento em que o Concelho
apresenta problemas económicos preocupantes se gaste tanto dinheiro em viagens e, em
segundo lugar que se desperdice tanto dinheiro para verificar os destinos de uma campanha
$solid\'aria$
Desta forma, a CDU vai lançar uma série de questões que gostava que fossem
respondidas:
Onde está a deliberação da Câmara onde se justifica a ida a Moçambique?
A Comissão Permanente da Assembleia Municipal foi consultada?
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi consultado? Se foi, o que disse?
Sobre a viagem propriamente dita, mencionado que foi o convite prévio de entidades
moçambicanas, onde se encontra o documento comprovativo desse mesmo convite?
Qual é a justificativa para a comitiva ter sido composta por 7 elementos e não por
outro número?
Sabendo que Nampula, Nacala e a Ilha de Moçambique se situam relativamente longe
da catástrofe, como pode a mesma comitiva alegar que foi para Moçambique verificar a entrega
das referidas 9 toneladas de ajuda humanitária, não estando no local da catástrofe? Estando no
país mas, não estando no local da catástrofe?

da mesma, bem como os responsáveis pela sua ministração?
Qual foi o encargo total agregado da deslocação a Moçambique? A viagem e
deslocação no país, despesas de alojamento e ajudas de custo?
Para finalizar, em consciência dizemos que é precisamente no plano político e ético, não
temos dúvidas em reprovar a situação. Trata-se de uma reutilização excessiva e desnecessária
de fundos públicos que mais falta fariam ao investimento público necessário em Montemor, ou,
até mesmo, ao reforço da ajuda humanitária a Moçambique, num processo ao que apurámos,
não teve o envolvimento dos órgãos autárquicos, embora que não pudéssemos ter tido a
possibilidade de confirmar atualmente e, em rigor dado, que as atas das reuniões do Executivo
Camarário, são publicadas com excessivo atraso, à data de hoje ainda não as temos presentes.
Posto isto, ficam lançadas as questões que gostávamos de ver respondidas." Pediu a
palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Faço
votos que os trabalhos decorram sempre com elevação e com sentido democrático e de
responsabilidade máximo entre todos
Relativamente a essa questão, Senhor Presidente, as palavras valem o que valem e,
portanto, o que interessa é o cerne da questão, a questão em si é que interessa. As palavras,
leva-as o vento
Eu tenho várias questões para colocar, se calhar vou coloca-las todas de uma vez.
Relativamente a essa matéria de Moçambique, deixo aqui para a Senhora Líder de Bancada
colocar as respetivas questões. Aquilo que eu quero dizer é que as redes sociais valem o que
valem, mas realmente as evidências que nós conseguimos ver no facebook da Ilha de
Moçambique, não foi ninguém a dar formação, mas foram pessoas a receber formação em
dança e etc
Outras questões que tenho então para colocar: Estrada do Campo. A velha questão.
Estamos a falar da estrada que é do Município. Eu já nem falo da outra. Efetivamente, eu tento
ao máximo não passar naquela estrada miserável porque há dinheiro para tudo e não há
dinheiro para nada, pelos vistos. Ainda esta semana, acho que estava um carro lá no meio do
arroz, porque realmente o troço que é da Câmara Municipal está mesmo muito mau. Para além
de também referir que à entrada da ponte de Lavariz tem lá umas crateras que, enfim, quem lá
passa é que sabe mas, de facto, são indiscritíveis. Como é que o nosso país chega a este estado,
já para não falar na ponte. Como é que este país não cumpre aquilo que é a sua obrigação, que
é proteger os cidadãos deste país? Que circulam nas vias? Que circulam nas pontes? Etc, etc,
etc. Eu, sinceramente, só vejo aqui uma solução para isto, que é por o próprio estado em





mostrar preocupação sobre a intervenção da Agencia Portuguesa do Ambiente nas margens do
Rio Mondego, mais concretamente no Leito Periférico Direito, na área de Lavariz. As
preocupações manifestadas estão ligadas às operações estarem a ser desenvolvidas em plena
época de nidificação. Apesar das largas dezenas de ninhos de cegonhas e milhafres visíveis nas
árvores das margens com ovos e crias, prosseguem as operações de corte de árvores com a
destruição de ninhos
As preocupações estendem-se a toda a biodiversidade, a todo o Baixo Mondego, com
habitats que albergam espécies vegetais raras a nível nacional e constituem importante local de
nidificação por um basto leque de aves
Colocado este assunto de fundo, a questão é:
A Autarquia colocou estas questões à APA? Se teve a preocupação de colocar estas
questões à APA? E qual é o seu entendimento sobre esta questão? Se foi lesto a resolver esta
situação ou, pelo menos, a manter um diálogo com a APA para que numa próxima situação,
numa próxima altura, porque o mal já está feito, o Leito foi completamente varrido, esta
situação não se volte a colocar?"
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Começo a minha intervenção por falar de um assunto que já não é novo.
Tem a ver com a recomendação que eu fiz na Assembleia de fevereiro sobre os casos de
impedimento que eventualmente se poderiam passar aqui nesta Câmara Municipal e, eu vou
voltar a ler: Considerando que no passado dia 18 de fevereiro de 2019, três elementos desta
bancada foram consultar os processos de seguros permanentes e não permanentes que o
Município possuía, depois de serem analisados detetámos que o Seguro de Frota Automóvel do
Município foi celebrado com a Companhia de Seguros Allianz Portugal SA, através do mediador
de seguros Teamseg, mediação de seguros, Lda., com a apólice 203040154. A requisição dos
Serviços data de 31/12/2014, sendo este o início de todo o procedimento, ao que se seguiu
procedimento de ajuste direto conforme o artigo 128.º do CCP
De referir que esta apólice diz respeito a todos os veículos do Município que em 2014
eram 58 viaturas, hoje são muito mais como sabemos
Conseguimos verificar a fatura emitida por esta sociedade mediadora de seguros para o
1.º Trimestre de 2019, no valor de 5.469,82€, o que resulta que o valor anual será de 21.879,28€.
Nada até aqui seria de estranhar, não fosse o facto da Sociedade Teamseg, mediação de seguros,
Lda. ter como único sócio-gerente, de seu nome Rui Manuel Marques dos Santos, que por sua
vez foi adjunto do Senhor Presidente de Câmara desde as últimas eleições até ao passado mês

de janeiro de 2019. O que se constata é que para além do vencimento que auferia na qualidade
de adjunto do Presidente de Câmara desde novembro de 2017, até janeiro de 2019, esteve em
simultâneo a receber de forma indireta por via da sociedade Teamseg, o valor referente ao
contrato de seguro da frota automóvel do Município. Isto foi a verdade dos factos que nós
conseguimos apurar
Estamos assim, perante um dos casos de impedimento previstos no artigo 69.º do
Código do Procedimento Administrativo, que dispõe que "os titulares de órgãos da
Administração Pública e os respetivos agentes que se encontrem no exercício de poderes
públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito
público ou privado da Administração Pública, nomeadamente no seguinte caso:
Quando nele tenham interesse, por si, como representantes como gestores de
negócios de outra pessoa
Muito bem, aqui o que se constatou é que efetivamente este Senhor Rui Manuel
Marques dos Santos na qualidade de adjunto, esteve a receber do Município por duas formas:
por ser adjunto do Presidente de Câmara e, por ter na sua sociedade, este contrato com a
seguradora. Muito bem, esta foi a recomendação que a nossa bancada fez, à qual agora,
entretanto, conseguimos rececionar uma resposta. E a resposta que os serviços nos
transmitiram foi que: "Apenas temos a informar que à data que teve inicio o procedimento (fins
de 2014). Os Serviços desconhecem qualquer vínculo do Senhor Rui Santos à Câmara Municipal."
Portanto, aquilo que foi pedido na recomendação, foi para o Senhor Presidente da
Assembleia agir em conformidade e, a resposta que nós obtemos é esta. Portanto, ou não
conseguem ler, ou não sabem interpretar, ou então não perceberam o conteúdo da
recomendação
Portanto, Senhor Presidente, o que eu lhe digo é o seguinte: esta bancada não aceita
isto como resposta, requeremos que volte para trás e, caso haja dúvidas na recomendação
peçam um parecer à CCDRC, porque se calhar eles estão habilitados para vos dizer o que é que
são impedimentos ou não e, já que o senhor é preciosista em tudo, se calhar não era pior e,
assim, ficaríamos todos esclarecidos ou então é evidente que outro órgão terá que analisar esta
questão
Tenho aqui outra intervenção para fazer e começo esta intervenção com uma alegoria,
para mitigar um assunto que é muito sério e que a todos nós, diz respeito
"Viagens na Minha Terra" foi uma obra escrita por Almeida Garrett, que narrou os
percursos entre Lisboa e Santarém de um Portugal em guerra em pleno séc. XIX

Este considerado um dos melhores clássicos da literatura Portuguesa
E, recentemente, foi escrita a obra Viagem à minha terra: "Montemor Por
Moçambique", que foi escrita pelo Presidente de Câmara de Montemor-o-Velho, que retratou
uma viagem a moçambique por 7 pessoas, que tiveram a nobre missão de ajudar os mais
necessitados
Esta obra deu origem à maior telenovela que este concelho alguma vez teve
oportunidade de ver
Foi com tristeza que assistimos, nas últimas duas semanas, a um correr de tinta
desenfreado nas redes sociais a propósito desta viagem, nomeadamente a sua justificação,
fundamento e objetivos
Por parte do Senhor Presidente foram dadas justificações, muitas delas controversas e
contraditórias, em função do público que as estava a ouvir
Referiu o Senhor Presidente que a viagem a Moçambique já tinha sido mencionada em
maio num evento na Carapinheira para dar formação em 4 municípios nas áreas de proteção
civil, águas e saneamento
No entanto, na reunião de Câmara da passada sexta-feira, afirmou o Senhor Presidente,
que não informou os Vereadores por motivos de segurança. Gostaríamos de saber que motivos
de segurança são esses!
Contudo, na reunião de Câmara da passada sexta-feira, após os viajantes terem
chegado, quando o nosso vereador questionou: "Qual o enquadramento da deslocação a
Moçambique?" O Senhor Presidente da Câmara respondeu: "para dar formação em água e
saneamento, proteção civil, administração e finanças, planeamento e gestão urbanística."
Mas, no dia de ontem, à Agência Lusa, o Senhor Presidente disse que "afinal não foram
dar formação teórica, mas sim, resolver problemas em concreto. Por isso, foram 4 técnicos (área
financeira, administrativa, recursos humanos, engenharia civil, água, hidráulica e proteção civil)
e 3 políticos pedidos pelos moçambicanos."
Só aqui, e no que diz respeito à justificação da viagem, temos 3 versões diferentes ditas
pela mesma pessoa, o Senhor Presidente da Câmara. Ou será que devo dizer o Senhor
Presidente da Comissão de Festas e Romarias?
Ainda questionado pelo nosso Vereador no que diz respeito ao valor que foi gasto em
formação interna desta Câmara Municipal durante o último ano? O Senhor Presidente da
Câmara respondeu: "17 mil euros e qualquer coisa, mais a formação interna
Mas, para irem para esta viagem, supostamente resolver problemas em concreto/dar

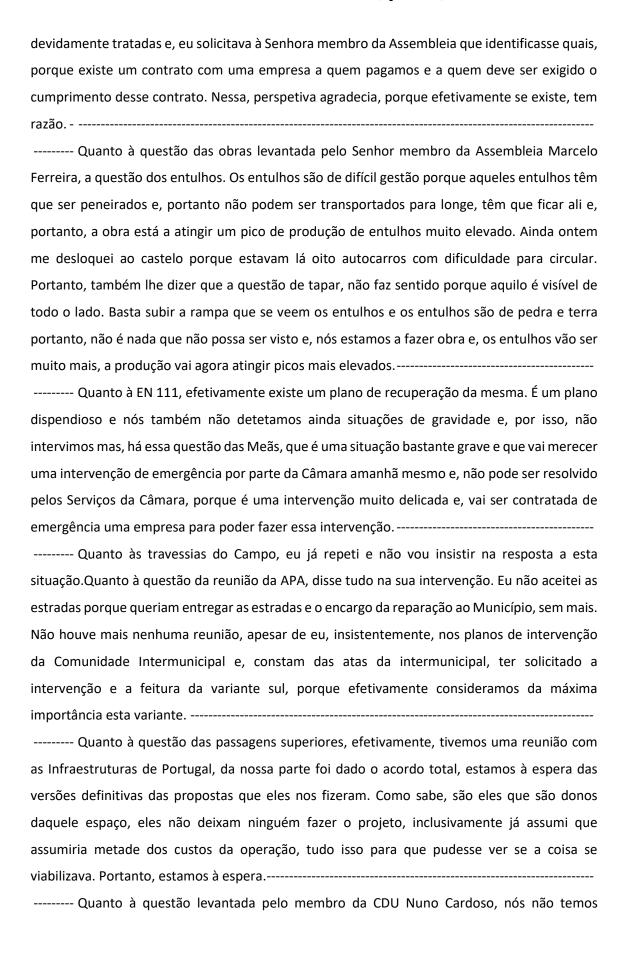
formação a alguns Municípios de Moçambique, gastaram 18.500€, sendo que a nova versão
foram apenas 10.000€ porque os Municípios moçambicanos irão suportar as despesas
Eu não sabia que o nosso Município tinha agora como missão ser entidade formadora!
Mais! Não percebo como não resolve tantos problemas do nosso concelho, mas está
completamente habilitado para resolver os problemas de outros Concelhos em países com
realidades tão diferentes da nossa?
Sabe, as evidências demonstradas pelas redes sociais dos Municípios de Moçambique
não foram nenhumas no sentido das que Vossa Ex.ª alega, mas sim, ao contrário! Os elementos
da comitiva estavam a receber formação na área das danças e trajes moçambicanos. Mas claro,
com as t-shirts da campanha: Montemor por Moçambique. Todas felizes e contentes, a gastar o
dinheiro de todos nós!
E aí, não estavam a resolver o problema de ninguém! Todo aquele glamour das vestes
moçambicanas, pinturas faciais e coreografias isto sim, são evidências, meus Senhores, daquilo
que a comitiva foi fazer a moçambique! As pessoas não são parvas, nem tão pouco despiciendas
de inteligência, como o Senhor Presidente quer fazer crer! O fundamento de irem dar formação,
logo para a Ilha de Moçambique, sim, aquela ilha deslumbrante que tem ali ao lado o paraíso
das Chocas, que é uma zona de sonho para passar férias nesta altura do ano, de facto, tem muito
que se lhe diga Senhor Presidente! Como tal, evitam de arranjar desculpas e passar atestados
de burrice às pessoas, não tentem desculpar o indesculpável
Aquilo que a nossa bancada sabe é que, com estes 18.500€, as estradas que se podiam
arranjar no concelho, as associações do concelho que sofreram danos com o Leslie que
poderiam ser ajudadas, essas sim, ficariam muito mais felizes e com melhores condições para
todos nós!
Aliás, isso sim, seria cumprir os desígnios pelos quais o povo deste Concelho o elegeu!
Este tipo de atitudes das pessoas que estão em órgãos políticos e com tudo o que se
tem passado em várias Autarquias deste país, que tem vindo a público, apenas levam ao
desprezo pelo mais comum dos cidadãos pela classe política
E quando dizem que somos todos iguais, não podemos aceitar! Porque de facto, nós não
somos todos iguais!
E aqui nesta opção claramente política de egos individuais temos exatamente o exemplo
disso
Termino só com uma questão muito simples: Foi para dar cobertura a este tipo de
despesas, que o Executivo não aceitou a proposta da nossa bancada para a redução do IMI?"

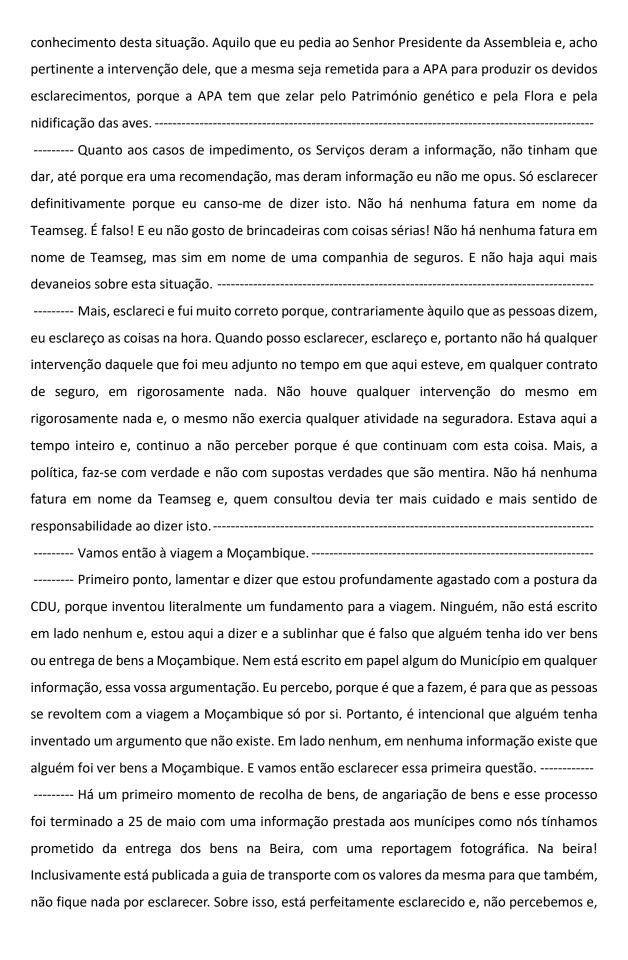
Pediu a palavra o membro Antônio Torres (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre)
que disse: "Vou-me focar na minha terra. Deixar outros continentes e voltar à minha terra e, a
minha terra é Pereira do Campo. Tecer aqui algumas congratulações por aquilo que está a ser
feito
Uma das quais, neste momento vai, à coragem que alguém teve no executivo da
Freguesia de Pereira em dar outra vista, dar outra imagem à Praia Fluvial de Pereira. Realçar
aqui esse trabalho que, a meu ver foi mais particular do que se calhar político mas, pelo menos
aquele lugar está mais aprazível. Tudo aquilo que eu disse que aquilo era um ninho de coisas
más, neste momento nota-se que está mais aprazível. Por isso, deixar esse louvor aqui
Entretanto, aproveitar também a deixa e, estando aquilo naquelas condições, gostaria
de colocar esta questão e, se houvesse até ter conhecimento dele inclusivamente. Há algum
projeto de ordenamento para aquela zona? Constou que na verdade há um projeto, que está
em construção, que eventualmente já há algo a definir e, como membro da Assembleia tenho o
direito de poder tentar saber se eventualmente há algum projeto ou não. Se houver, na verdade
termos conhecimento do que é que aquilo representa para a vila de Pereira. Se não houver,
deixava aqui uma dica. Fala-se que Pereira vai ter uma piscina do género da Carapinheira,
aproveitar aquele espaço e poder ser colocada lá a tal piscina e não ser colocada como
supostamente a querem colocar que é no campo de futebol da Vila de Pereira que, a meu ver,
sai do centro da Vila, onde é preciso neste momento, cada vez mais, chamar as pessoas. Os
cidadãos, quem passa. Por isso, era ali o lugar indicado para eventualmente, se houver a
possibilidade, de colocar ali essa piscina. Fica esta minha anotação, registada na verdade em
Assembleia, que era o sítio indicado para a tal dita Piscina de Pereira ser colocada naquele
espaço
Mais uma vez constatar que fizeram e bem, uma proteção na Vila de Pereira de um
espaço onde tinham sido limpas umas sebes que, na verdade aquilo era perigoso. A Câmara
mandou pôr raids de proteção nessa estrada – Rua da Vila de Pereira. Perfeito! Alerto que há
outras estradas do mesmo género que têm também necessidade de ter esses raids de proteção.
Eu já tive o cuidado de, inclusivamente, numa Assembleia de Freguesia com público mencionar
isso em ordem de trabalhos, para poder eventualmente a Junta de Freguesia, insistir sobre a
Câmara para a colocação desses raids de proteção, que é na Rua do Vale d'Água e na Rua da
Fonte. Solicitar na verdade esse mesmo trabalho e, bem feito, na Rua da Fonte e na Rua do Vale
d'Água. Essencialmente porque são ruas de acesso a um complexo desportivo que, cada vez
mais tem atividade, cada vez mais tem movimento, inclusivamente eu constatei que é naquela

Rua que passam as carrinhas de apoio aos alunos do pre-escolar, por isso é importante haver
segurança naquelas ruas. Deixar aqui esta mensagem de poder executar essas mesmas obras
nessas mesmas ruas
Também dar referência, ao início das obras do posto médico. Deixar essa nota do início
das obras do Posto médico e, atrás dessas obras, solicitar para quando então o início das obras
da Ponte do Paço
É evidente que, enquanto eu estiver aqui, nestes dois anos que me faltam, tentarei
sempre abordar esse tema da Ponte do Paço. É um assunto que, na verdade, não é só para a
Vila de Pereira, é para todo o Concelho e, para os milhares e milhares de condutores que passam
naquela via. Sei que há projeto, é importante se calhar, tentar perceber, passar do papel às
obras. Portanto, tentar perceber o ponto de situação disso
Por último e para acabar e não querer mais "massacrar" ninguém. Só dizer ao Senhor
Presidente que eu gostaria que ele pudesse olhar ou pelo menos estar mais concentrado naquilo
que vou dizer que, efetivamente, já chegou a Formoselha."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Houve duas questões que me foram colocadas e,
antes do Senhor Presidente intervir, vou dar resposta às duas questões que me foram colocadas.
Uma, era se eu tinha sido consultado relativamente à viagem a Moçambique. Primeiro, o
Presidente da Assembleia Municipal, mal estaria se tivesse que ser consultado por todos os actos
que o Senhor Presidente da Câmara executasse. O Senhor Presidente da Câmara não me
consultou. O Senhor Presidente da Câmara convidou-me para ir a Moçambique e, eu entendi
que esse convite devia ser aceite e, por isso deleguei na 2.ª Secretária a minha representação.
Segunda questão relativamente à recomendação da Senhora deputada Maria João Sobreiro. A
Senhora deputada na Assembleia de fevereiro fez-me uma recomendação. Eu remeti à Câmara
e os Serviços deram-lhe a resposta que a Senhora leu. Seu eu entendi e, quero esclarecer isso
consigo, a Senhora deputada quer transformar essa recomendação num requerimento e, mais,
para que fique claro, porque eu, como costumo dizer, só sei ler português, interpretar deixo
para quem quiser mas, enfim, também faço as minhas interpretações como fiz há pouco e volto
a fazer agora. Se a Senhora deputada quer fazer um requerimento, foi assim que agora entendi
e mais, um requerimento que tem um objetivo. Devo-lhe dizer que, mesmo sendo oral, esse
requerimento está aqui respondido oralmente que o Presidente da Assembleia Municipal vai
fazer um pedido à CCDRC, sobre o assunto. Para que fique claro, eu não posso adivinhar aquilo
que me recomendam, porque sabe melhor do que eu, o que é uma recomendação, o que é um
requerimento e, portanto não sou eu que modifico aquilo que a Senhora me apresenta. Percebi

a sua mensagem, fiz eu uma recomendação há pouco, que a Senhora aceitou e bem. Fique
esclarecido que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal vai aceitar o requerimento ora
feito hoje pela Senhora deputada Maria João Sobreiro para pedir um parecer à CCDRC sobre a
questão do impedimento no caso concreto dos Seguros."
Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos
termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual
redação
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Irei responder a todas as questões que me
foram colocadas. Deixando para último a questão de Moçambique
Queria pedir permissão ao Senhor Presidente da Assembleia para ler o relatório que
tenho sobre a viagem a Moçambique, porque efetivamente, responde a todas as questões que
foram colocadas. Mais! Pedia também a sua permissão para apresentar, porque o relatório, nós
demos prioridade, não a este tipo de abordagem mas, às questões do Município quando
chegamos. Isto é um relatório feito por sete pessoas e, só há poucos minutos acabamos de fazer
a parte de texto. A parte de fotografias, pedia ao Senhor Vereador que me acompanhou e que
conhece, para apresentar à medida que eu for lendo o relatório a para as pessoas poderem ver
que há documentação fotográfica. Mais iria responder primeiro às questões que me foram
colocadas e depois passaria à questão de Moçambique, com uma nota introdutória para resolver
todas as questões. Para nós as questões são muito claras e há aqui muita confusão e, portanto
vamos então esclarecer tudo
Em relação à questão levantada pelo Senhor Marcelo Ferreira, a cópia do Protocolo feito
com a APA, irá ser o requerimento satisfeito pelos Serviços, naturalmente
Das questões levantadas pela deputada Ana Jorge: estrada do Campo, sobre esta
questão eu já aqui afirmei a minha posição, eu não vou responder a estas questões. Eu não ire
intervir neste mandato na Estrada do Campo e já assumi aqui que não era prioritária essa
estrada. Mais, faço a correção e peço desculpa, o acesso que sempre tiveram as pessoas da
outra margem do Rio, é o que existe e é aquele que deve ser feito em segurança. É aquele que
eu próprio utilizo para as minhas deslocações
Em relação à questão da demolição da casa de Gatões, os Serviços acompanharam a
demolição e não me reportaram qualquer anomalia, nem eu ainda vi qualquer anomalia em
termos da situação. Irei questionar os Serviços, a Senhora que está responsável pelos Serviços
está de férias mas, gostaria de remeter essa questão porque, sinceramente não sei, nem sei em
concreto o que é que levanta a Senhora membro da Assembleia Ana Jorge, nomeadamente c

depósito de entulhos, eu tenho que tutelar e garantir a segurança das pessoas. Ainda não
percebi, aquilo que pretende
Senhor Presidente da Assembleia, eu gostaria de falar, eu estive aqui paciente, calado!
Senhor Presidente da Assembleia, não é possível ninguém fazer intervenções com alguém a
"matraquilhar" por baixo da minha intervenção! Peço desculpa, não é possível!
Portanto, eu irei tentar perceber o que é que está subjacente Usou da palavra o PMAM
que disse: "Senhora deputada Ana Jorge, nunca cortei a palavra a quem quer que seja
Sem lhe ter sido concedida a palavra, o membro Cristina Jorge disse: "Se o Senhor
Presidente não sabe, passa lá e vê! Tão simples como isto. Quem passar lá vê as portas a
rebentar. É só para complementar aquilo que o Senhor Presidente estava a dizer. Estamos a
brincar? A Câmara que acompanhou a demolição não viu? Estamos a brincar com a segurança
das pessoas? Isto excede tudo, Senhor Presidente da Assembleia? Estamos a gozar? Isto é uma
brincadeira de crianças. Há uma tolerância para tudo, Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, agora, estarem aqui a gozar com a minha cara, não! Quem acompanhou a obra de
demolição que transmita ao Senhor Presidente da Câmara o estado em que está! Se não
transmitiu, devia ter transmitido!")
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Houve um anterior Presidente desta Assembleia
Municipal que disse uma coisa que, agora vou ser inconveniente, mas, disse ele, que não tinha
jeito para educador e, muito menos educador de adultos. Efetivamente, nós temos que nos
respeitar uns aos outros, porque temos que perceber que não é só a nossa tolerância, é preciso
perceber que os outros têm também os seus níveis de tolerância
Senhor Presidente da Câmara, por favor continue."
Retomou a palavra o PCM que disse: "Continuando a minha intervenção e no respeito
pela intervenção da Senhora membro da Assembleia Municipal e, fazendo fé nas suas palavras,
irei solicitar à Senhora Diretora de Departamento que envie de imediato a Fiscalização verificar
essa situação e outras que possam, eventualmente, gerar perigo para as pessoas
Quanto à questão da antiga EN 111, existe um "pré-acordo de cavalheiros" mas que
depois irá ser consumado, com o Senhor Presidente da UF de Montemor-o-Velho e Gatões no
sentido de se regularizar a estrada e, o mesmo poder fazer ele a pintura dos muros. Esse acordo
existe e, eu tenho a certeza absoluta que o António Pardal vai cumprir comigo esse acordo,
porque eu também quero cumprir com ele
Quanto à questão do lixo acumulado nas ruas e na limpeza das ruas de Montemor e da
Vila, eu estranho muito. É evidente que poderá haver situações que poderão não estar a ser



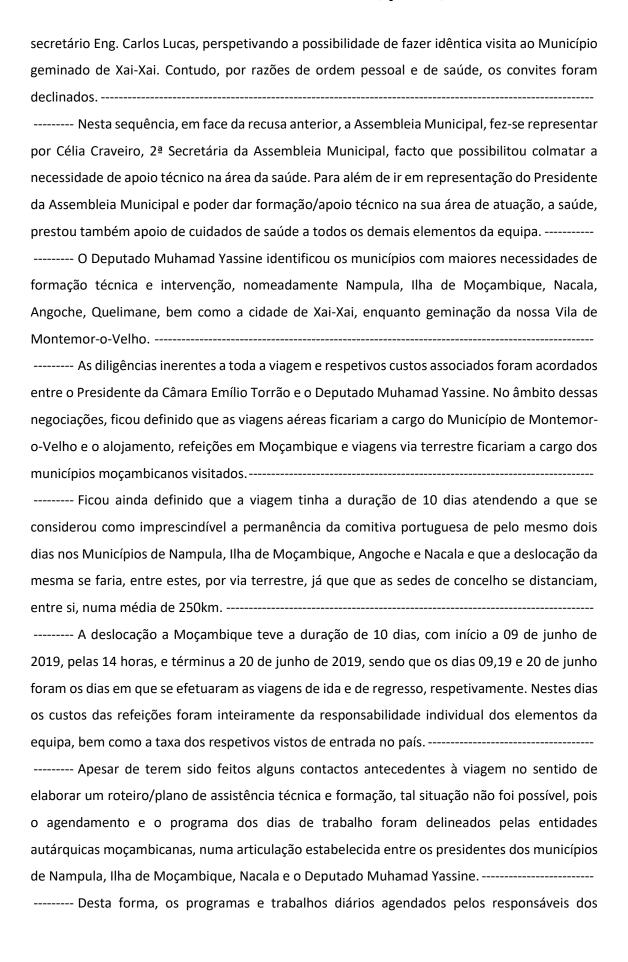


por isso repudio a atitude da CDU a inventar um argumento que não existe e a inventar um fundamento que não existe, só para chocar as pessoas. Mais! Se tiveram acesso a determinados documentos, muito naturalmente e, uma oposição responsável, vinha ao Município e consultavam as informações, porque eu já dei liberdade total para que as pessoas consultem as informações e está lá tudo nas informações. Mais! Eu dei uma entrevista por telefone à Lusa que não está toda no papel ou seja, eu disse imensas coisas e, não tenho culpa que o jornalista só diga algumas coisas e, nessa perspetiva, a entrevista da Lusa não é toda a minha entrevista. Mas eu lamento mais é que, ainda depois disso, depois de eu falar e, eu não costumo ser mentiroso, ainda a CDU insiste com uma viagem de 7 elementos para ir verificar a entrega de bens. É óbvio que isso é ridículo! É óbvio que isso é imoral! É óbvio que isso não é ético! Mas quem inventou essa verificação de bens foram os Senhores da CDU. Não existe em lado nenhum esse ----- Portanto, primeira situação, angariação de bens, entrega dos bens, esse processo está concluído. Eu pedi ao Senhor deputado Yassin e ao Senhor Reverendo Albino com quem eu estive em Moçambique, em Maputo no último dia que me fornecesse até fotografias da entrega dos mesmos. Se conseguirmos chegar a esse detalhe. Ele prometeu-me, vamos ver!. Mas esse processo está encerrado e, está encerrado em maio. ----------- Entretanto estava em curso e, eu não escondi nada, as cerimónias de receção do deputado Yassin foram públicas, estivemos aqui, foram noticiadas, mesmo quando ele aqui esteve, ele fez um primeiro convite e o segundo convite tem a ver já com o furacão Kenneth ou seja, eu recusei o primeiro convite, já vou esclarecer tudo isso e este é um segundo convite, que foi aceite e, havia urgência no mesmo. ----------- Terceira nota, custos! Também quero esclarecer de uma vez por todas! Se vissem a informação que está subjacente à requisição, não há nenhuma fatura, que é outro dado errado, mas são aqueles erros que me custam porque eu acho que as pessoas são suficientemente competentes para não darem estes erros e, às vezes suspeito porque é que dão estes erros. Não há faturas na base.gov, há um contrato ou há uma requisição. A requisição e, aqui se insere também a resposta a outra questão que aqui foi colocada, foi feita à cautela, porque eu não tinha nenhuma garantia que da outra parte iriam cumprir condignamente com os compromissos que assumiram comigo aqui em Portugal e via nas comunicações que fomos trocando e, portanto, eu pedi à cautela e, está lá na informação que está subjacente à própria requisição, que ela é condicional e será acionada em caso de necessidade. Porquê? Porque eu não podia chegar a Moçambique com uma comitiva de pessoas, com mães, com pessoas que merecem o

meu respeito, ja agora as pessoas que foram comigo não são do Partido Socialista, e um
esclarecimento que eu também quero prestar e, são técnicos deste Município, mesmo a
Senhora Secretária, foi convidada como enfermeira, porque também tal me foi solicitado, para
que seja esclarecido. O Senhor Presidente da Assembleia indicou a Secretária mas, eu também
lhe pedi e foi nessa qualidade que também foi e prestou serviço nessa qualidade
Essa requisição, como eu disse, era condicional e eu tenho aqui uma declaração, que eu
quero que seja distribuída aos Líderes de Bancada, da própria entidade requisitada, que diz que
não foi feita qualquer emissão de fatura e, a partir daí foi anulada a requisição, foi resolvido o
contrato porque não foi necessário
Eu cumpro a legalidade! Não é estar em Moçambique e dizer assim, "nós não temos
onde dormir" ou estar numa situação de aflição porque nós viajamos, como daqui a pouco vão
perceber, durante a noite e viajamos mais de 280 kms por via terrestre. Se eu não tivesse
condições de segurança para que a minha comitiva pudesse fazer esse trajeto, eu iria acionar
essa requisição, naturalmente. E, não podia estar a pedir a quem estava em Portugal, aliás, se
calhar, fora do horário de expediente que me resolvesse o problema, porque estas coisas se
tratam com seriedade
Também aqui dizer que, por razões de segurança e, por recomendações de quem nos
convidou nas conversas que teve comigo, nós não fizemos divulgação, nem publicidade das
datas da ida e, por razões de segurança da própria comitiva. Nós fomos para um país africano e,
por isso mesmo há que ter todo o cuidado
Custos: Os custos das viagens foram 8.449,00€
Houve um seguro, que eu exigi que fosse feito no valor de 236,25€ à Wise Broker,
Mediação de Seguros, Lda. De Coimbra
Cada uma das pessoas recebeu por dia, 62,55€. Eu gostaria de saber quem é que vai
para Moçambique, por 62,55€ por dia, com desconto do subsídio de férias
Eu agora desafio a CDU para fazer um desmentido àquilo que disse. Porque,
efetivamente, a política faz-se com verdade
Agora peço autorização ao Senhor Presidente para ler o relatório que nós vamos
apresentar às pessoas, vamos apresentar aos próprios parceiros de Moçambique, porque o que
está aqui escrito vai também para Moçambique, depois de completado com as fotos. Como eu
não tive tempo de inserir as fotos e, para que as pessoas possam ver o que andamos a fazer e,
para dizer aqui que as pessoas não andaram a aprender dança aliás, quero agradecer às
senhoras, porque a um convite de um conjunto de senhoras Moçambicanas, foi na rua, eu

próprio não recusei esse convite, nós não podemos recusar como visita, os convites que as
pessoas nos fazem, quando nós temos pessoas à nossa espera desde as 7h00 da manhã, até às
20h00 e, portanto, quer custe, quer não, esta é a realidade
Eu até admito que as pessoas não entendam, não concordem, achem que eu esteja a
utilizar mal os dinheiros públicos, não concordem com a estratégia. Admito! Agora, a verdade
acima de tudo e, não é 18.000€, senhor membro da Assembleia! Também a si, não é só à CDU,
lhe recomendo, que antes de fazer afirmações como foram feitas, porque eu já desmenti isso
na reunião de Câmara, já tem a obrigação de saber que também não são 18.000€ os gastos da
viagem
Também dizer que eu gostava de fazer as tais reparações de estradas, reparações de
associações com 18.000€. Também gostava de perceber qual era a diminuição do IMI que
propõem, se é 18.000€, porque eu adjudico já essa diminuição de IMI
"MONTEMOR-O-VELHO POR MOÇAMBIQUE RELATÓRIO DE VIAGEM
*09 de junho de 2019 a 21 de junho de 2019 *
No dia 15 de Fevereiro de 2019, o município de Montemor-o-Velho recebeu a visita de
Muhamad da Costa Ali Yassine, deputado na Assembleia da República de Moçambique (Porta-
voz da bancada parlamentar da Renamo), Membro da Comissão Executiva na União Parlamentar
da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), Vice-Presidente da Comissão das Relações
Internacionais, Cooperação e Comunidades, Vice Chefe Nacional para as relações exteriores no
partido Renamo e membro da Comissão Executiva para a Diáspora Africana na União Africana.
Esta visita inicial, serviu o específico propósito de implementar e criar novos laços de
cooperação institucional, no sentido de procurar levar para determinados Municípios da
Província de Nampula conhecimentos e competências técnicas que o Deputado considerou
como "elementos fundamentais para o desenvolvimento da região e do continente Africano",
com o assim firme objetivo de "poder aprender com todas as Câmaras Municipais de Portugal
para modernizar os municípios de Moçambique"
Na sequência desta primeira visita, foi endereçado um primeiro convite ao Presidente
da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho para que fosse visitar alguns municípios de
Moçambique, reconhecendo-se que esta edilidade era um modelo de boas práticas. Solicitou,
nomeadamente, que técnicos do município pudessem integrar essa visita. O convite, contudo,
foi inicialmente recusado, adiando-se a decisão sobre o mesmo para momento posterior
Porém, os acontecimentos meteorológicos que se abateram sobre aquele país no dia 14
de Março e que devastaram em larga escala o território Moçambicano, levaram a que o

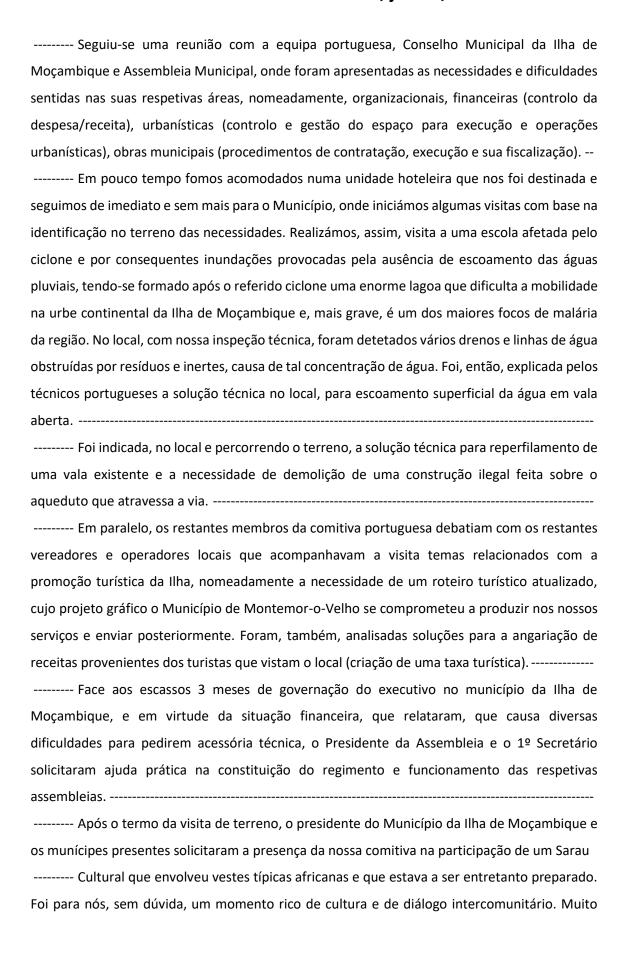
Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho de imediato desse início a uma
campanha de recolha de bens, que rápida e eficazmente se espalhou pelo Concelho
A campanha por si designada "Montemor-o-Velho por Moçambique" não passou
despercebida aos órgãos de comunicação social, tendo sido amplamente divulgada, levando a
que a mesma fosse prolongada, tal foi a adesão dos donativos dos munícipes, quer particulares,
quer de entidades coletivas. Refira-se ainda que esta campanha contou com a presença do
Deputado Muhamad da Costa Ali Yassine, que se fez deslocar, especifica e exclusivamente a
Montemor-o-Velho, a pedido do Presidente da Câmara, com o propósito de dar um rosto pelo
fustigado povo Moçambicano, tendo percorrido todas as freguesias do concelho, agradecendo
presencialmente, em alguns pontos de recolha, os generosos contributos e pedindo que os
mesmos continuassem, uma vez que as consequências do ciclone à data ainda não eram
totalmente conhecidas
No total, e após o términus da campanha "Montemor-o-Velho por Moçambique" a 5 de
abril, foram angariadas cerca de 9 toneladas de bens essenciais, posteriormente transportadas
via marítima até à Cidade da Beira (área mais afetada), e entregues à COREM – Conselho das
Religiões de Moçambique a 25 de maio de 2019
Nesta data, o deputado Muhamad Yassine volta a reiterar o pedido de deslocação de
técnicos do Município de Montemor-o-Velho à província de Nampula, agora com o argumento
de que a situação de necessidade se tinha agravado com o ciclone "IDAI e Kenneth", tendo o
Presidente do Município de Montemor-o-Velho se disponibilizado a ponderar e programar uma
deslocação a Moçambique para o início do mês de Junho de 2019
Após a identificação das necessidades técnicas dos Municípios da província de Nampula,
o Deputado Muhamad Yassine em consonância com o Presidente Dr. Emílio Torrão,
selecionaram os elementos que constituíram a equipa
Fizeram parte da referida comitiva os seguintes membros: Emílio Torrão, Presidente da
Câmara Municipal de Montemor-o-Velho; Décio Matias, Vereador; Delmina Leitão, Adjunta do
Presidente; Andreia Lopes, Diretora de Departamento de Administração Geral — em regime de
substituição e Finanças; Isabel Quinteiro – regime de substituição, Diretora de Departamento de
Obras Municipais e Urbanismo; Hélder Araújo, Engenheiro Florestal e Ambiente, Comandante
Operacional da Proteção Civil; e Célia Craveiro, Enfermeira, 2ª Secretária da Assembleia
Municipal
Foi igualmente endereçado, pelo Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho, um
convite ao Presidente da Assembleia Municipal, Prof. Dr. Fernando Ramos, bem como ao 1º



Municípios foram transmitidos à equipa no momento imediatamente anterior ao seu início
Assim, a nossa equipa dentro da sua capacidade e flexibilidade foi dando em cada momento, de
forma espontânea, os seus contributos, que de seguida e de forma resumida apresentamos
No dia 10 de Junho de 2019, após uma viagem de 12 horas, chegamos à cidade de
Maputo cerca das 7 horas da manhã, onde fomos gentilmente recebidos pelo Deputado
Muhamad Yassine e por Álvaro Faquir Caúl, Chefe do Departamento da Administração Rural e
Poder local
Iniciada a estadia em Moçambique, percorremos algumas ruas até chegarmos à
instalação hoteleira
Acompanhados sempre pelo Deputado Yassine e Chefe Álvaro, à chegada à unidade
hoteleira, fomos recebidos pelo Presidente Raul Novinte de Nacala, tendo-se aproveitado o
momento do coffee-break, para delinear a primeira ordem de trabalhos para o dia em
${\sf Moçambique}$
Tinha passado pouco tempo desde a nossa chegada, mas nestes primeiros momentos
ficamos com a perceção que, de uma forma geral, todos os procedimentos se realizam de uma
forma demorada e com pouca agilidade. Face à realidade com o que nos deparámos
começámos, desde logo, a identificar estratégias de cooperação/ajuda técnica, nomeadamente
troca de experiências e competências autárquicas. Numa outra unidade hoteleira fomos
recebidos pelo administrador de uma empresa portuguesa — Teixeira Duarte, que referenciou
algumas das particulares dificuldades e constrangimentos com que ele próprio se depara no dia-
a-dia em Moçambique
Durante a tarde, em conjunto com o Presidente de Nacala e Deputado Yassine,
discutiram-se e acordaram-se algumas estratégias de cooperação entre os municípios a visitar,
em particular a formação de uma Associação de Municípios com idênticas necessidades e
estratégias de ação autárquica, para que fosse mais fácil concretizar a transferência de
competências para os Municípios que também se irá realizar em Moçambique, pelo governo
central deste país, alegadamente durante o corrente ano
De seguida, celebrou-se um encontro com André Madjibire – Secretário Geral, Maria
Ivone Soares – Chefe da Bancada Parlamentar da Renamo, Manuel Massungue – Chefe das
Relações Exteriores da Renamo e deputado Yassine onde nos foi feita uma apresentação,
genérica e sucinta, das principais dificuldades que os municípios no geral estão a passar, no
norte de Moçambique
Finalizamos o dia 10 de Junho com um jantar, à semelhança de todos os outros em

contexto de trabalho com o Conselheiro de Estado Rahil Khan, Chefe Álvaro, Presidente Raúl
Novinte do Município de Nacala e Presidente Manuel de Araújo do Município de Quelimane –
mais uma vez estiveram em discussão as temáticas da agricultura, turismo, transportes,
educação, saúde, em particular as necessidades de apoio e formação técnica em combate a
incêndio urbano e catástrofe em geral, nas grandes cidades como Quelimane e Nampula
Já tinham passado 36 horas, mas às 00h15m do dia 11 de junho, a equipa, após chegar
ao hotel, reuniu para realizar o primeiro ponto de situação do dia
O período de sono foi curto, pois às 5 horas da manhã os táxis já nos esperavam. Tivemos
que pegar nas malas e viajar de avião de Maputo para Nampula, onde chegamos cerca das 9h45
e onde fomos recebidos pelo presidente do Município de Nampula Paulo Vahanle e os seus
vereadores e convidados
Longe de percebermos o que nos esperava, fomos confrontadas de surpresa, por
centenas de pessoas alocadas à frente do Município de Nampula que nos presentearam com
pequenas exibições de canto e dança da sua cultura. Longe da nossa zona de conforto, este foi
um gesto que nos confortou e nos orgulhou como Portugueses
Seguiram-se os trabalhos através de uma reunião, no salão nobre do Município de
Nampula, com todos os vereadores onde foram apresentadas, individualmente e por cada um
deles, as necessidades e dificuldades sentidas nas suas respetivas áreas
A comitiva Portuguesa, de seguida, sido visitados os serviços administrativos do
município, nomeadamente os serviços de recursos humanos, onde foram colocadas questões
relacionadas com o processamento de vencimentos, controlo de assiduidade e tramitação dos
pedidos de ausências (férias, faltas e licenças). Foi ainda explicado qual o papel dos serviços de
recursos humanos numa organização municipal e sugerido, face às necessidades detetadas, um
modelo de informação técnica
Visitámos o serviço de expediente que é dividido entre dois: o serviço de expediente do
Presidente e o serviço de expediente designado por "secretaria geral". Tivemos oportunidade
de verificar a imensa dificuldade e morosidade do encaminhamento dos pedidos e apresentar
algumas sugestões, nomeadamente relativamente ao registo dos mesmos. Ainda neste
município e ao nível do atendimento detetámos que não existe um front office único, tendo sido
sugerido que se adotasse o nosso modelo, com os necessários ajustes à realidade daquele
município. Foi detalhadamente explicado todo o encaminhamento/ tramitação do expediente.
Posteriormente, seguiu-se o almoço com vereadores e técnicos do Município de
Nampula onde, por sugestão dos Presidentes de Câmara, dadas as limitações de tempo da

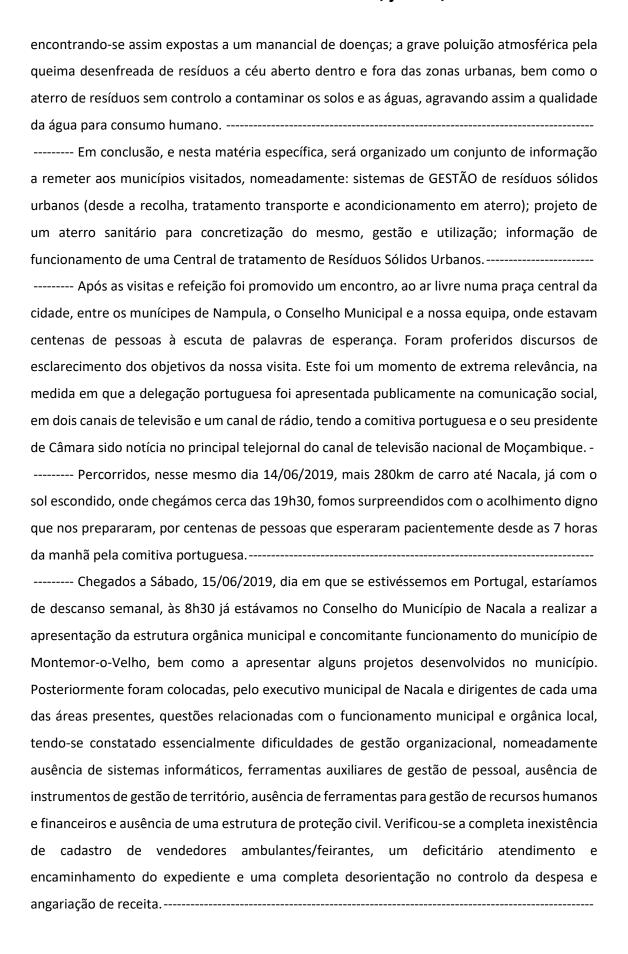
comitiva em Nampula, se continuaram a debater, entre técnicos, vereadores e dirigentes locais,
as temáticas já referidas e alvo de preocupação, em consonância com as necessidades
reportadas na apresentação efetuada anteriormente na sede do município
O pôr-do-sol desse primeiro dia de visita a Nampula aproximava-se, mas ainda visitámos
o mercado municipal de produtos locais e obras que se encontravam a decorrer em alguns
arruamentos e ainda, o estaleiro da câmara
No terreno, e com a constatação evidente de tantos vendedores ambulantes, foram
equacionadas algumas soluções para a cobrança de taxas de ocupação de espaço público e
respetiva delimitação e ordenamento
Passámos, ainda, pelo hospital público e pelas ruas da cidade. Durante este percurso na
cidade de Nampula constatou-se o estado de degradação generalizado das vias rodoviárias, com
ausência de pavimento na maioria delas, sendo que, nos casos em que existe, o mesmo é
manifestamente deficiente e insuficiente, quer pela espessura da camada aplicada, quer pela
ausência de bases e sub-bases. Foram identificadas medidas para recuperação dos pavimentos,
delimitação de faixas rodoviárias e construção de passeios
Constatou-se, ainda, a falta de planeamento e ordenamento urbano, bem como, a
ineficácia na recolha do lixo urbano
O comércio local espalha-se ao longo das vias de forma desordenada e sem regras,
obrigando a um esforço de fiscalização sobre-humano, quer por ausência de espaço específico
e pré-regulado para o efeito, quer por ausência de regulamentos e normas de utilização destes espaços
O dia acabou com a realização, em equipa, de um resumo diário e da planificação do dia
seguinte.
No dia 12 de Junho, acompanhados sempre pelo Deputado Yassine e Chefe Álvaro,
partimos cerca das 08 horas da manhã, de carro até à Ilha de Moçambique, onde chegámos
cerca das 14h30m. À chegada fomos recebidos pelo presidente do município da Ilha de
Moçambique, Gulamo Mamudo, e sua comitiva, nomeadamente o presidente da assembleia
municipal e respetivos membros, e centenas de munícipes que nos honraram com
demonstrações de danças e cantares tradicionais, representadas por diversos grupos, junto à
ponte de entrada da Ilha, seguida de uma arruada a pé pelas ruas da cidade. Foram, mais uma
vez, unânimes os sentimentos e emoções que aquele povo transmitiu à comitiva: calor humano,
afeto, mas principalmente esperança e admiração, respeito e carinho pelos Portugueses em
geral



alem de cada uma das danças e cantares com referências específicas ás pessoas concretas da
comitiva portuguesa, que tratavam pelo seu nome próprio, foi a mensagem em geral que nos
transmitiram através de gestos e da letra musical, que declarou agradecimento e esperança em
nós e nos nossos contributos para o desenvolvimento da Ilha de Moçambique
No dia seguinte, 13/06/2019, pelas 8 horas, visitámos o forte da Ilha e outros
monumentos onde se pôde constatar a falta de conservação dos edifícios existentes. Foi, ainda,
verificada a total ausência de documentos base de planeamento para fazer face quer à
recuperação dos edifícios existentes, quer à instalação de novos edifícios
Foram então nesse dia percorridos, por via terrestre, cerca de 250Km até Nampula
Já na cidade de Nampula constatámos que se encontrava elaborado pelo município um
plano de visita a nível da cidade e subúrbios, que contemplava visitas a 10 locais, sendo que
neste dia 13/06/2019, apenas foi possível a deslocação a 5 dos referidos locais, o que já sucedeu
em período noturno: - EPC Muquachi, Mercado do peixe (primeira visita rápida que foi
interrompida por questões de segurança da comitiva, dado ser noite), Rua de França, Centro de
Saúde Niyaru e escola primária e de adultos
Após a visita ao Centro de Saúde Niyaru, verificou-se a falta de recursos de materiais
clínicos, recursos básicos de triagem de resíduos hospitalares, ineficácia do sistema de
desinfeção e esterilização, bem como um suporte de base de dados e ficheiros clínicos. Foi
identificado como urgente a aquisição de uma ambulância que assegure o transporte inter-
hospitalar, bem como recursos de primeiros socorros
Foi acordado no imediato, o fornecimento de material de saúde básico que
acompanhava a nossa equipa e que foi posteriormente disponibilizado no último dia aquando o
nosso regresso a Maputo
Na visita à escola pública foi verificada a precaridade do edifício e indicadas medidas de
reconstrução com eventual fornecimento de mobiliário usado e não utilizado pelo Município de
Montemor-o-Velho
Foi igualmente denunciada a precariedade dos caminhos/estradas em terra batida e
apontadas medidas de reconstrução e reperfilagem dos mesmos
A equipa descansou algumas horas e de novo, no dia seguinte, ficou programado
continuar a visita aos 5 restantes locais planificados, nomeadamente a uma lixeira de recolha de
resíduos urbanos na cidade, ao Matadouro Municipal, ao Hospital Geral de Marrere, à Lixeira de
Natikiri e a Arruamentos em Murreveia
E finalmente, depois desde dia forte de emoções, chegou o momento de abrir as nossas

malas, que de resto nunca foram desfeitas ao longo de toda a viagem e logo de seguida, o jantar
por volta das 22:00 horas, fazer um ponto de situação, e simplesmente, permitir que as lágrimas
se soltassem numa reunião convocada de emergência para restabelecer o estado anímico da
comitiva portuguesa e que durou até cerca das 02:00 horas da madrugada. Considerando que
ainda só íamos a meio desta visita, concluiu-se ser necessário o esforço e o compromisso
conjunto de todos para, em união, retemperar forças e ganhar coragem para enfrentar os
desafios emocionais e físicos desta viagem
No dia seguinte, 14/06/2019, pelas 08:00 horas, conjuntamente com o presidente de
Nampula, vereadores e técnicos da Câmara a comitiva portuguesa retomou a visita de terreno
programada para o dia anterior
Na nova visita ao Mercado do Peixe foi verificada a precaridade e falta de salubridade
dos locais de venda, tendo sido solicitado pelo Presidente do Município de Nampula ajuda
técnica, para disponibilização de um projeto tipo para este espaço, bem como indicação dos
equipamentos utilizados para fabrico/produção de gelo a utilizar para conservação do peixe
Pelo Município de Montemor-o-Velho foi assumido disponibilizar projeto tipo para o
efeito (o projeto do atual Mercado Municipal da Vila), bem como indicação do equipamento de
produção de gelo utilizado nesse mercado
Na Visita técnica à Rua de França foi feita avaliação no local da solução técnica apontada
para reconstrução da zona colapsada por excesso de caudal das águas pluviais ao tempo do
ciclone que assolou a província de Nampula, bem como indicação de medidas imediatas para
manter infraestruturas existentes, nomeadamente conduta de abastecimento de água que se
encontra exposta e que ameaça colapso, caso não seja devidamente apoiada e escorada, pondo
em risco o abastecimento de água à população, já de si precário
Na estrada de Marrere foi realizada avaliação do estado de conservação da via com
indicação de construção de órgãos de drenagem lateral, para escoamento das águas pluviais da
plataforma rodoviária
Foi feita uma paragem numa zona específica da referida estrada, de acentuada
confluência de águas pluviais onde se encontra um aqueduto obstruído com avaliação/indicação
de solução técnica para desobstrução do mesmo e reconstrução de muros que se encontram
colapsados
Na visita ao Matadouro Municipal verificaram-se graves anomalias na gestão e
ordenamento do espaço no edifício, sendo necessário e urgente proceder à colocação de grades
nos parques e na rampa de acesso à zona de abate, pois a fuga dos animais é constante devido

à falta de altura dos muros dos parques para contenção controlada dos animais; contenção dos animais em parques através de baias para que os mesmos estejam confinados num espaço e não dispersos no perímetro do matadouro, o que já originou quatro mortes desde o inicio do ano de 2019. Torna-se, ainda, necessário proceder à colocação de barras antiderrapantes para que os animais possam subir pela rampa para a zona de abate; verificou-se a inexistência de uma caixa de abate em ferro, pelo que os animais são amarrados por cordas e degolados (neste ponto foram informados da possibilidade da utilização de um bastão de choque elétrico para adormecer os animais, sendo mais fácil o seu maneio antes do abate); necessidade de prover à alteração do interior do edifício da zona de abate, com preparação da carcaça e da desmancha; urgência na alteração da zona da balança e necessidade de zonas de refrigeração e de cura da carne, por forma a possibilitar o cumprimento das normas de segurança alimentar; proceder ao correto maneio dos animais por questões de saúde pública, havendo a necessidade de ter um veterinário presente, quer no controlo das doenças dos animais para abate, quer na verificação e controlo da qualidade alimentar. ----------- Em conclusão, e nesta matéria, será organizado um conjunto de informação a remeter especificamente para o Município de Nampula, nomeadamente: projeto de um matadouro onde será descrito o modo de funcionamento, funções e tipologias dos compartimentos e o respetivo circuito dentro do matadouro; caixas de acondicionamento de animais de raça bovina para abate; exemplos de baias para acondicionamento de animais; mangas metálicas para carregar e descarregar os animais; bastão elétrico como método de atordoar os animais.------------ Seguiu-se a visita ao Hospital Geral de Marrere, onde pudemos visitar alas de tuberculose e sida, onde não existem medidas de proteção disponíveis para os tentes trabalhadores e visitas, onde têm pessoas, crianças à espera de cirurgias que não se realizam porque nem há um bisturi.----------- Face a estas e outras dificuldades identificadas, trocámos contactos para se estabelecerem estratégias de cooperação. ------------ Foi feita uma digressão pela cidade de Nampula, no sentido de avaliar o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos. ----------- Foi visitada uma antiga exploração de massas minerais que serve de aterro de resíduos sólidos urbanos, tendo sido verificada uma grande percentagem de inertes e matéria orgânica misturada com resíduos. ----------- De referir que está em causa a segurança da população a vários níveis, nomeadamente, pela quantidade avultada de pessoas que vasculham os resíduos, maioritariamente por crianças,



Após se encerrar este momento, houve uma pequena sessão de apresentação da
delegação Portuguesa à Comunidade Local. Seguiram-se algumas visitas, nomeadamente à
residência oficial do Presidente do município, ao porto e a algumas zonas de erosão
Na cidade de Nacala, no geral, pôde verificar-se um estado de degradação generalizado
das vias rodoviárias com ausência de pavimento na maioria delas, sendo que nos casos em que
existe é manifestamente deficiente quer pela espessura da camada aplicada, quer pela ausência
de bases e sub-bases
Foram identificadas medidas para recuperação dos pavimentos, delimitação de faixas
rodoviárias e construção de passeios bem como foi denunciada a ausência de drenagem nas vias
municipais
Constata-se falta de planeamento e ordenamento urbano bem como ausência da
regulamentação de suporte ao mesmo, em particular em encostas onde nem sequer devia ser
permitida, por questões de segurança, qualquer tipo de edificação
Foi verificada uma zona onde ocorreu um fenómeno de erosão hídrica com movimento
acentuado de massas, causando graves danos numa zona ocupada por população e por
infraestruturas rodoviárias. Com a sua destruição foi necessário efetuar uma via provisória para
fazer face ao isolamento causado pela falta de tal infraestrutura. Verificou-se, ainda, uma zona
de instabilidade de talude junto ao porto de Nacala
Foi verificada a instabilidade das vertentes dos taludes que fazem parte da bacia
hidrográfica com indicação de solução para reconstrução da rodovia, estabilização dos taludes
adjacentes e limpeza dos detritos resultantes do desabamento de terras, bem como foi referida
a necessidade de realojamento das populações instaladas nas encostas
Posteriormente, a pedido do Presidente do Município e com vista à angariação de
investidores e em cooperação com a Câmara de Nacala, foi visitado o empreendimento privado
em abandono na Praia Fernão Veloso, cuja construção não se encontra concluída, tendo sido
feita informalmente avaliação qualitativa do estado de conservação do edifício
Domingo, dia 16/06/2019, dia estipulado para descanso da comitiva em face da
anulação da visita ao município de Angoche, fomos visitar vários locais de potencial atração e
desenvolvimento turístico, mas sempre a projetar soluções e incentivos para a busca de
investidores, em particular a sugestão da criação de infraestruturas adequadas para que esses
locais possam ser visitados e utilizados pelos turistas
Iniciámos a segunda-feira, dia 17 de junho, com a visita ao aeroporto de Nacala onde fo
demostrada a dificuldade na dinamização e utilização daquela infraestrutura concluída há cerca

de 1 ano
Após o almoço realizámos a visita ao comércio tradicional local para constatação das
dificuldades na promoção e divulgação dos produtos tradicionais, analisámos o
desenvolvimento turístico e discutiu-se sobre a atração de investidores com a chefe de gabinete
do Presidente do Conselho Municipal de Nacala e respetiva comitiva de dirigentes que nos
acompanharam em toda a visita
Na manhã do dia 18/06/2019, foram percorridos 250km até Nampula, com
intercorrências na viagem (avaria) que atrasou várias horas a chegada ao hotel da comitiva
portuguesa, tendo ainda, de se alterar os planos estabelecidos para esse dia, com suprimento
de todas as visitas planeadas, procedendo na parte restante da tarde (às 17:00 horas cai a noite),
ao início dos preparativos da viagem de regresso a Maputo da comitiva portuguesa, incluindo
procedimentos de alfândega
No final desse dia, após o jantar, seguiu-se a reunião com o deputado Yassine e toda a
equipa portuguesa onde foi feito o balanço da viagem e assunção de compromissos – Teor dos
Protocolos a celebrar com os municípios visitados no futuro, com términus às 1h30 do dia 19 de
junho
Nesta análise transversal aos Municípios visitados de Nampula, Ilha de Moçambique e
Nacala, verificou-se a inexistência de cartografia temática, nomeadamente associada aos riscos
naturais ou tecnológicos, bem como de qualquer cartografia temática no âmbito de Proteção
Civil, planeamento e gestão do território e inexistência de ferramentas de sistema de informação
geográfica; grandes dificuldades em cartografia para o planeamento e ordenamento do
território, faltando planos sectoriais de ordenamento do território, nomeadamente planos
municipais de ordenamento do território, planos de pormenor urbanísticos, bem como
dificuldades em encontrar técnicos de topografia para levantamentos de campo e realização de
cadastro; completa ausência de uma estrutura organizacional coerente com as necessidades e
exigências de grandes cidades com enorme densidade populacional, o que se reflete
gravemente na gestão financeira e de recursos humanos dos municípios e que se agrava com a
total ausência de tecnologias de informação, equipamentos informáticos e software, adequados
à administração pública local. Foi evidente a falta de formação específica nas matérias
autárquicas, face às questões colocadas, bem como a importância das escolas profissionais
portuguesas na disponibilização de cursos
No âmbito de proteção civil verificou-se a inexistência de qualquer estrutura municipal,
não sendo possível efetuar qualquer trabalho no âmbito do planeamento

E gritante a inexistencia de medidas preventivas ao nivei de intervenções de
consolidação e de segurança para a minimização do risco. No caso de Nampula, e para todo o
distrito, existe um Quartel de Bombeiros estadual incipiente e degradado, sem viaturas e
operadores, para fazer face às necessidades da população ao nível da globalidade dos riscos,
nomeadamente quanto ao risco de inundações rápidas em espaço urbano, risco de cheias e
galgamento dos leitos dos rios, quer em espaço urbano, quer em espaço rural, e incêndios
habitacionais
Há uma clara falta de organização do território, não existindo uma política municipal
para a organização espacial ou implementação de uma política de segurança e proteção civil.
Em matéria de proteção civil será organizado um conjunto de informação a remeter aos
municípios visitados, nomeadamente: legislação na matéria de proteção civil; estrutura da
ANEPC de âmbito nacional, distrital e municipal (funções e competências); plano Municipal de
Emergência e Proteção civil do Município; manual de procedimentos para fazer face a
emergência e ao planeamento de ocorrências; manual para elaboração de Planos
Foram ainda solicitados pedidos de colaboração para a constituição de Bombeiros
Municipais, formação na área de combate a incêndios urbanos e pedidos de informação em
comunicações via satélite, os quais serão igualmente facultados
No âmbito da segurança e socorro pré-hospitalar é ostensiva a falta de meios,
nomeadamente de veículos de transporte especializados de qualquer natureza, (ambulância de
socorro, ambulância de emergência médica, ambulância de suporte imediato de vida, viatura
médica de emergência e reanimação, etc), bem como a nível de recursos humanos com
formação nesta área específica
Verificou-se também a inexistência de um sistema integrado de recolha de resíduos
urbanos, não existindo por isso uma política para a reciclagem nem encaminhamento específico
dos produtos da reciclagem. Todos os resíduos produzidos têm como destino a queima ou a sua
colocação em antigas explorações de massas minerais sem qualquer tratamento
No dia 19 de junho, último dia em Moçambique, partimos às 6h30m, viagem de avião
Nampula – Maputo com escala na Beira (sem sair do avião); Viagem de avião Maputo – Lisboa
com escala em Luanda, tendo chegado às 10h de quinta-feira do dia 20 de junho a Montemor-
o-Velho
V – Conclusões
O presente relatório é uma demonstração rigorosa e objetiva do programa de trabalhos
efetuados pela equipa da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho em Moçambique,

nomeadamente aos municípios de Nampula, Ilha de Moçambique e Nacala
Encontrava-se ainda prevista uma quarta visita ao município de Angoche, mas por
motivos alheios à equipa da Câmara tal não foi possível de concretizar
Como já referido introdutoriamente, esta deslocação partiu de um convite feito,
inicialmente recusado, mas irrecusável perante as adversidades meteorológicas posteriormente
sucedidas em território Moçambicano e a insistência do Deputado Muhamad Yassine
Os objetivos foram clara e previamente definidos, tendo como escopo principal a
formação técnica prestada pelos elementos da equipa da Câmara de Montemor-o-Velho, aos
técnicos e membros do executivo dos municípios supra identificados
Nesta perspetiva, foram acordados os termos concretos da viagem, nomeadamente
tudo o que se prendia com as deslocações, estadia e alimentação dos elementos. Assim, foi
possível verificar que as deslocações, estadia e alimentação dos elementos ficariam a cargo das
autoridades locais, e as viagens, quer as internas, quer as de ida e regresso, a cargo do município
de Montemor-o-Velho
Foram assumidas ajudas de custo aos elementos da equipa pela Câmara Municipal, cujo
montante foi estabelecido de acordo com os critérios legais em vigor
Foi ainda assumido pelo Município de Montemor-o-Velho a disponibilidade de prestar
aos técnicos dos Municípios referidos neste relatório, formação em contexto de trabalho nas
instalações da Câmara Municipal em Portugal, ou em outros locais, mediante a prévia
negociação e assinatura de um protocolo de cooperação a celebrar para o efeito
Finalmente, foi assumido o compromisso de diligenciar junto da Associação Diogo de
Azambuja em Montemor-o-Velho a possibilidade de acolher estudantes desta Província de
Nampula nas escolas profissionais deste concelho
Refira-se a final, que no dia do regresso a Portugal, o Presidente da Câmara Municipal
de Montemor-o-Velho, Emílio Torrão, no aeroporto de Maputo, esteve à conversa com o
Secretário-geral da COREM – Conselho das Religiões de Moçambique, o Reverendo Albino
Mussuei, em que foi pelo mesmo manifestado o profundo agradecimento em nome do povo
Moçambicano pelos donativos dos munícipes de Montemor-o-Velho, reforçando que muito
ainda há a fazer e que muitas são as necessidades que se fazem sentir, apelando assim a mais
ajuda, em particular, materiais de construção civil
Foi pelo mesmo Reverendo Albino Mussuei assumido e reiterado o compromisso de
seriam enviadas fotos da distribuição do conteúdo do contentor com a ajuda humanitária
enviado e por eles recebido a 25 de maio de 2019

Este relatorio serve apenas como instrumento de trabalho, relata os protocolos
cumpridos, os protocolos estabelecidos, os conhecimentos técnicos disponibilizados, mas ainda
não reflete o que nós adquirimos, o que vivemos, o que aprendemos
Esperamos espelhar no nosso município valores, princípios que nos possam tornam
melhores, e acima de tudo acreditar que há esperança de fazer ainda melhor,
independentemente das adversidades
"Ninguém é tão pobre que nada possa dar e ninguém é tão rico que não precise de
receber" - Álvaro Loregian"
Só dar mais uma informação Senhor Presidente. Também levamos alguns vestidos que
demos a algumas crianças que fomos encontrando pelo caminho e eu gostaria que algumas
dessas fotos fossem passadas, para verem a alegria na cara das crianças."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Eu nem sei por onde começar. Porque eu estou extasiada com este relatório
de todo o trabalho que a comitiva dos sete elementos do Município, fez em Moçambique
Parece que até descobriram a pólvora, porque de facto, África é África e, o Senhor
Presidente, até penso que é de lá e, portanto acho estranha esta forma e este deslumbramento
de demonstrar o que se passa lá, porque de facto, nós todos temos conhecimento do que são
estes países, mas parece-me uma coisa: O Senhor Presidente de Câmara estava habilitado para
ser lá candidato a Presidente da República, porque tudo aquilo que o Senhor disse aí de
Moçambique e, levou os seus assessores, portanto, estava completamente habilitado e parecia
que estavam em campanha. Portanto, dou-lhe os meus parabéns por isso. De todo o resto, da
minha intervenção sobre esta matéria, eu não tiro nem uma palavra e só tenho a dizer uma
coisa: tenham vergonha! Tenham vergonha e façam aquilo para que os nossos eleitores vos
elegeram. Depois, passando a outro assunto. Sobre a questão do impedimento que está aqui,
de facto a tornar-se delicado, porque o Senhor Presidente diz que nós vimos coisas onde elas
não existem. Eu vou aqui tomar uma atitude publicamente que é a seguinte: Para a semana eu
vou fazer esta participação ao Ministério Público e, portanto, o Ministério Público é quem tem
que investigar estes assuntos e, então depois vamos ver quem é que, de facto, fala verdade ou
fala mentira
Em relação à questão da Associação das Meãs, eu queria questionar o que é que se passa
ali. O que é que a Câmara sabe, porque segundo é visível, uma parte da Associação foi demolida,
aquilo continua a representar um perigo imenso para as pessoas, vão haver festas em agosto e,
portanto vai haver ali muito movimento. Estamos numa altura de férias e, também as crianças

andam por ali e, portanto, continua a estar a segurança das pessoas e bens em risco. Gostaria
de saber em que ponto está essa situação."
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre)
que disse: "Eu apenas quero dizer que o que acabamos de ver é África! África é assim! Não é só
a ilha de Moçambique. Aliás há pior! Há uma colega da Escola que há bem pouco tempo foi a
Soga e, portanto é África! África é assim. Efetivamente, com muita pena nossa que estivemos
em Moçambique e em Angola tantos anos e, depois deixámos como deixámos as ex-colónias e,
pronto, se calhar não ensinámos a semear e, é o que é
De facto, tudo aquilo que elencaram custa milhões. Por muito boa vontade que se tenha
custa milhões, porque eu penso que não há dinheiro. Penso eu! Porque aqui, nós temos esses
projetos e temos as coisas a funcionar porque isto não se fez em dois ou três anos. São décadas
de trabalho. Nos Municípios são milhões de investimentos e, portanto, por muito boa vontade
que se tenha, não há obras sem dinheiro
Em relação a isso era tudo o que tinha a dizer
Em determinada altura, eu pedi aqui que me elencassem todas as despesas com os
custos do Castelo Mágico. Eu posso estar errada, mas eu penso que ainda não recebi. Agradeço
que verifiquem, porque eu penso que ainda não recebi
Relativamente ao Ponto 2. da ordem de Trabalhos e, em relação ao Contrato de
Prestação de Serviços por consulta prévia para Serviços de Fisioterapia e Terapia ocupacional no
âmbito da candidatura Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, continua aqui o
Peróneo. Eu queria saber se, efetivamente o Senhor Presidente tem conhecimento que o marido
da Chefe de Gabinete, Dr.ª Diana, continuará a prestar estes serviços ou não. O marido dela faz
parte desta equipa, gostaria de saber se continua a fazer."
Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: "É com enorme prazer que
eu agora vou falar. Todas as questões que foram aqui colocadas, este relatório exaustivo,
merece um ponto prévio. Fora uma atitude mais prosaica que nós possamos ter ou não em
relação a estas questões, a CDU nunca pôs em causa a ajuda a Moçambique nem a colaboração
com as entidades Moçambicanas, que isso fique muito bem claro
A questão aqui é que a CDU exige transparência. Uma palavra muito simples e que todos
compreendem
Posto isto, há questões que ficaram por explicar. Lamento, mas há questões que ficaram
por explicar. Vou voltar a enumerar as questões:
Qual é a justificativa para a comitiva ter sido composta por sete elementos, cujas áreas

do saber, certamente, vão ser boas na comitiva e, certamente vão ser muito úteis
Qual foi a função específica de cada um?
Relativamente à dita formação, estão disponíveis planos e relatórios de aplicação da
mesma, bem como os responsáveis pela sua ministração?
O senhor Presidente afirma que o programa foi definido pelas Autarquias Locais. Esta
questão aqui é muito importante, Nós chegamos a um sítio, não temos programa. O programa
é definido pelas Autarquias Locais. A questão que se prende imediatamente com a transparência
é que esse programa seja imediatamente, sem qualquer tipo de arrogância, que fique claro,
definido. Porque, depois de tudo isto acontecer, alguém que chegue e diga "a comitiva esteve
em sítio x, y, fez atividade x, fez atividade y. Isto só agora foi relatado. Muitos montemorenses
não sabem. Isto causa obviamente muita estranheza aos montemorenses
Referir também que há um vídeo na Autarquia de Nacala Porto, na sua página de
facebook e, passando a soberba do Discurso do Senhor Presidente, em que fala excessivamente
na primeira pessoa, ou uma referência muito caricata a meteoritos nas estradas, porque isso
efetivamente é o que lá vem mencionado, o que efetivamente, a partir daí é ministrado e
ensinado às autoridades moçambicanos nesses 10 dias? O que é que foi ministrado? Isto é, o
relatório oral que aqui foi apresentado pelo Senhor Presidente, mais ou menos bem feito, há
determinadas questões que nos suscitam dúvidas. Em determinada parte do vídeo, em que o
anfitrião afirma que a água são responsabilidades do estado local. Tendo em conta que nós
estamos a falar com Autarquias, as Autarquias são estado local e não estado central
Uma questão central, a CDU e, nestas questões de solidariedade, a solidariedade
internacional é muito importante, a CDU sabe que uma bolsa de estudo em Moçambique custa
por aluno 35€. Uma questão de ser acutilante a prestar auxílio aos pobres, também podia ter
atenção a este ponto e, quando falamos em opções, falamos precisamente nisto. Quero com
isto concluir o seguinte: as questões colocadas pela CDU, só são colocadas no ponto de vista
político e ético, em nada nos vamos imiscuir em questões judiciais e do foro legal, para isso há
as entidades competentes para tratar disso, caso as haja. Mas os comunicados têm que ser feitos
a fim de esclarecer todas as questões."
Pediu a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que
disse: "Uma pergunta muito simples. Tomando como ponto prévio que o Executivo Municipal
não foi a Moçambique para verificar a entrega de bens alimentares, eu pergunto qual é que é o
benefício dos munícipes de Montemor-o-Velho com a visita dos eleitos e nomeados pelo Partido
Socialista em Moçambique?"

O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Em relação à questão do Pavilhão das Meas
foram tomadas medidas urgentes e de contenção para segurança de pessoas e bens, aquilo que
era possível porque, como sabem, é um edifício particular. Irei solicitar, mais uma vez também
aos Serviços que a fiscalização verifique o atual ponto de situação para que não haja dúvidas
quanto à situação aí contida
Quanto à questão do Senhor membro da Assembleia Torres, pedir-lhe desculpa mas fo
por lapso meu que eu não respondi. A questão dos rails, havia uma empreitada que foi concluída
e o rail que referenciou, era um dos rails que fazia parte dessa empreitada. Está em curso uma
nova empreitada que vai contemplar vários rails e, nós estamos a levar de seguida um conjunto
de rails que têm de ser aplicados
Quanto à questão da Ponte do Paço, a ultima informação que dispomos, como sabe o
processo passou para a Câmara de Coimbra e está na tutela da Câmara de Coimbra neste
momento. Foi feito concurso público, já foi feita adjudicação, é para a empresa Contec, pelo
valor de 375.450,89€. Isto quer dizer que vai ter controlo do Tribunal de Contas e, portanto, este
é o atual ponto de situação da empreitada de Ponte do Paço
Sobre o projeto da Piscina, só dizer que acolhi a sugestão, não posso fazer mais nada
Não existe nenhum projeto, existe uma pretensão de um particular, de um empresário para a
instalar um comércio que tem interesse para Pereira. Eu não sei se ele vai avançar, nós fomos
abordados inclusivamente para Montemor e ele solicitou-nos sugestões para outros locais e nós
até recomendamos esse local, falei com o Senhor Presidente de Junta, abordamos essa questão
e sugerimos a esse empresário na área da restauração e venda de comida e, do ponto de vista
das condicionantes urbanísticas, seria interessante que o mesmo se interessasse por aquele
local, porque nós se calhar com ele, conseguíamos ocupar o espaço, dadas as condicionantes
urbanísticas do local, com outros projetos, muito dificilmente dada a situação em termos de
PDM, RAN e REN."
Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 3.ª Revisão ao Orçamento
2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Esta revisão visa acomodar alguns projetos
financiados e outros que, entretanto, vieram surgindo e que têm que ser acomodados no nosso
orçamento."
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes
resultados obtidos na votação:

VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	Contra
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	
António Augusto Santos Torres	
Nuno Filipe Jesus Cardoso	
Francisco José Couceiro Nobre	Contra
Fernando Pereira Nunes Curto	
Maria João Batista Sobreiro	Contra
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	
Luís António Girão da Fonseca	
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	
Joaquim António Graça Rainho	
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Contra
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal,	, a transferência de
competências para as Autarquias Locais para o ano de 2020 – Diploma	s sectoriais – proposta
de não-aceitação do exercício das competências	
"O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Solicito que a Diretor	ra de Departamento de
Administração Geral e Finanças, Andreia Lopes, faça a explicação	de todos os pontos

relacionados com esta matéria da transferência de competências."
O PMAM deu a palavra à Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças,
Andreia Lopes que disse: "Relativamente aos pontos das transferências de competências, se me
permite Senhor Presidente, eu gostaria de dividir isto em três secções. A primeira, tem a ver
com a transferência de competências que já foi previamente deliberada anteriormente para
2019 e que se impõe nas mesmas matérias, deliberar para 2020 e, portanto, estamos a falar de
informações que já vieram e que estão a ser neste momento, reiteradas pelos Serviços com uma
proposta do Senhor Presidente de não-aceitação do exercício imediato destas transferências e,
portanto, essa era a primeira explicação que eu gostaria de dar
Depois, dizer que há aqui uma exceção relativamente à área da Educação e da Saúde
que, neste momento nós estamo-nos a pronunciar para 2019 e não para 2020 e, portanto, o
prazo para 2020 foi prorrogado, ainda não estamos em prazo para essa pronúncia, até porque
o procedimento ainda continua a correr e, em apreciação face à pronúncia que o Município
efetuou junto das entidades competentes e, depois relativamente ao outro ponto que tem a ver
com a transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Aí se me permite, se houver
alguma questão em concreto, estarei disponível para explicar o procedimento porque é um
bocadinho mais complexo e, se houver alguma dúvida relativamente a este ponto, neste
momento o que vem à Assembleia Municipal, é uma proposta de manutenção do exercício de
algumas competências a continuar a serem exercidas pelo Município, tem o parecer que a Lei
exige do respetivo executivo da Freguesia e, portanto, neste momento é apenas para deliberar
manter essas competências na esfera do Município. É tão só isto que está para deliberação. Se
houver alguma explicação mais concreta, estarei disponível para o fazer."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Há uma questão que, de facto não abordou. A
questão das competências intermunicipais."
Retomou a palavra a Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças,
Andreia Lopes que disse: "Tem a ver com os últimos dois pontos, os pontos que, aliás, hoje foi
solicitado o respetivo agendamento. Relativamente a isso, há aqui relativamente ao decreto-Lei
58, também, eu não fiz essa referência, o facto de ter que ser deliberado a não oposição à
aceitação por parte da Comunidade Intermunicipal no exercício destas competências. Nós,
relativamente ao Município de Montemor-o-Velho, decidimos, quer relativamente ao Decreto-
Lei 58, quer relativamente ao Decreto-Lei 72, embora não tenha aplicabilidade porque nós não
encaixamos aqui, de qualquer modo decidimos que devíamos deliberar também relativamente
ao Município, encaixamos na informação as duas propostas e, portanto, Senhor Presidente é

13.00
Relativamente ao Decreto-Lei 58/2019, dizer que efetivamente tem de ser deliberada
também, a não oposição à aceitação por parte da Comunidade Intermunicipal desta
competência referida neste diploma setorial."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Nós vamos dar aqui o acordo prévio de não oposição ao exercício destas
competências para as Entidades Intermunicipais mas, o que eu queria questionar era o que é
que isto de facto quer dizer, uma vez que as CIM's já tiveram os seus orçamentos discutidos, já
foram aprovados e, portanto, não haverá cabimento para qualquer tipo de despesa que tenha
que ver com esta transferência de competências e, portanto, nós não conseguimos entender
bem o que é que então, as Comunidades Intermunicipais vão então, neste período, uma vez que
já estamos em junho de 2019, o que é que vão fazer com estas competências em concreto, ou
se é "passar a bola para outra equipa"."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Recordo a Dr.ª Maria João Sobreiro sobre este
aspeto: lembra-se que a antiga legislação obrigava à aprovação de todas as Assembleias
Municipais, todos sabemos que a Assembleia Municipal de Coimbra, em termos práticos,
impediu a CIM-RC e, daí que, se tivesse passado para esta formulação da não oposição às
questões da CIM. De tudo o resto, de facto a Senhora tem razão, os orçamentos estão
aprovados, devem haver revisões mas isso não sabemos, só que é preciso, para que a CIM,
formalmente assuma essas competências, que as Assembleias Municipais de cada Município
não declarem nenhuma oposição
Portanto, este processo será comum, aliás foi anunciado, nós estivemos nessa
Assembleia Intermunicipal, que a Assembleia Municipal de Coimbra iria mudar de opinião, mas
isso teremos que esperar as deliberações das outras Assembleia Municipais
Senhor deputado Victor Monteiro, peço desculpa de ter feito esta intervenção mas,
como eu e a senhora deputada Maria João fazemos parte da Assembleia Intermunicipal,
recordar-lhe este aspeto."
Usou da palavra o PJF de Carapinheira, Victor Monteiro que disse: "Esta minha
intervenção refere-se ao ponto 7. da Ordem de Trabalhos – transferência de competências para
as Juntas de Freguesia – Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril
Considerando que: A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da
transferência de competência para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, em
concretização dos princípios de descentralização administrativa e da autonomia local, prevê no

seu artigo 38º a transferencia de competencias da administração direta do estado e dos
municípios para as freguesias; O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, vem concretizar a
transferência de competência dos municípios para os órgãos das freguesias, e estabelece que
são transferidas as seguintes transferências:
1. A gestão e manutenção de espaços verdes;
2. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
3. A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço
público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
4. A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
5. A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar
e do primeiro ciclo do ensino básico;
6. A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-
escolar e do primeiro ciclo do ensino básico
Estas competências já são efetuadas por nós, Juntas de Freguesia, através dos acordos
de execução
Prevê ainda:
7. A autorização da utilização e ocupação da via pública;
8. O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a
mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento
ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
9. A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
10. A autorização da colocação de recintos improvisados;
11. A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via
pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente
na sua área de jurisdição;
12. A autorização da realização de acampamentos ocasionais;
A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos
pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das
comunicações prévias relativas a queimas e queimadas
Sendo estas, as novas competências
O diploma referido anteriormente entrou em vigor em 1 de maio de 2019 e admite uma
concretização gradual da transferência das competências, nos termos conjugados dos n.ºs 2 e 3
do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do n.º 1 do seu artigo 12.º, até 1 de

janeiro de 2021, data em que todas as competências se consideram transferidas para as
freguesias
O presente processo de transferência de competências, algumas totalmente novas,
exige um trabalho prévio da Freguesia em conjunto com este Município de Montemor, na
definição dos recursos humanos, financeiros e/ou patrimoniais a transferir, o qual pode não se
compatibilizar com os prazos definidos no artigo 5.º do Decreto-Lei 57/2019;
O Município de Montemor-o-Velho, após reunião de trabalho com todas as juntas de
freguesia e obtendo delas o consenso, deliberou por unanimidade, em reunião do executivo
municipal de 07 de junho do corrente, continuar a executar as competências abaixo descritas,
em todo ou em parte, até à sua transferência definitiva para as juntas
Está prevista, nos termos do n.º 3, do art.º 2.º do citado diploma legal, a possibilidade
de a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, poder deliberar manter no
âmbito de intervenção do município as competências que se revelem indispensáveis para a
gestão direta pelo Município e tenham para si natureza estruturante ()
Para o ano de 2019 e 2020, as juntas de freguesia, deliberaram emitir parecer favorável,
nos termos do n.º 4 do artigo 2.º deste Decreto-Lei, à proposta apresentada pela Câmara
Municipal, para manter as competências no âmbito da sua intervenção, por se revelarem
indispensáveis para a sua gestão direta e se revestirem de natureza estruturante
Estende-se por isto, que este procedimento é uma solução inteligente e pioneira, por
salvaguardar e agilizar os interesses das freguesias no fundamental, seja:
Garantia dos recursos financeiros não inferiores aos existentes, Manter a rubrica das
despesas de capital Manter os recursos humanos e materiais Implementar novo procedimento
de higiene e limpeza (verdes) no espaço urbano das freguesias e, o compromisso de
desenvolver neste período até 01 janeiro de 2021, a formação adequada aos recursos humanos
das freguesias e dar o apoio necessário na transição para que todas as freguesias consigam estar
capazes para o exercício das competências transferidas de acordo com a lei."
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre)
que disse: "Senhor Presidente de Junta, segundo percebi, vão receber mais competências e vão
ter mais dinheiro, é isso?"
Pediu a palavra o PJF da Carapinheira, Victor Monteiro que disse: "Não. O Município está
é a chamar a si todas estas responsabilidades. Avocar a si essas responsabilidades."
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM,
realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade de acordo

com os seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 5. Lei n.º 50/2018 de 16 agosto – Lei-quadro da	a transferência de competências
para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais -	- Diploma de âmbito setorial D.L.
21/2019, de 30 de janeiro – Aprovar sob proposta do Executiv	o Municipal, a não-aceitação da
transferência de competências para a Câmara Municipal no d	lomínio da educação para o ano
2019 e o acordo prévio de não oposição ao exercício das c	ompetências para as Entidades

Intermunicipais	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da	a AM, realizou-se
a votação da proposta do Executivo Municipal tomada em reunião de Câmara	a de 21 de junho
de 2019, de Lei n.º 50/2018 de 16 agosto — Lei-quadro da transferência de co	mpetências para
as autarquias locais e para as entidades intermunicipais — Diploma de âmb	oito setorial D.L.
21/2019, de 30 de janeiro – Aprovar sob proposta do Executivo Municipal, a i	não-aceitação da
transferência de competências para a Câmara Municipal no domínio da educ	ação para o ano
2019, tendo sido aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resul	tados obtidos na
votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	-A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	-A Favor
Joaquim António Graça Rainho	-A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	-A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	-A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	-A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro Victor Manuel Pardal Monteiro	-A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	-A Favor
Joaquim Neves Martinho	-A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	-A Favor
António da Silva Ferreira	-A Favor

João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Realizou-se ainda, com 27 membros da AM presentes, a vo	otação da proposta de acordo
prévio de não oposição ao exercício das competências para as Ent	idades Intermunicipais, tendo
sido aprovada por unanimidade, de acordo com os seguintes resul	ltados obtidos na votação:
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor

Carlos António Cristino Alves	-A Favor
Ponto 6. Lei nº 50/2018 de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência d	de competências
para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais — Diploma de	âmbito setorial
Decreto-lei nº 23/2019 de 30 de janeiro — Aprovar, sob proposta do Execut	ivo Municipal, a
não-aceitação da transferência de competências para a Câmara Municipal	no domínio da
saúde para o ano de 2019 e o acordo prévio de não oposição ao exercício da	as competências
para as Entidades Intermunicipais	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da	a AM, realizou-se
a votação da proposta do Executivo Municipal tomada em reunião de Câmara	de 21 de junho
de 2019, de Lei nº 50/2018 de 16 de agosto — Lei-quadro da transferência de co	mpetências para
as autarquias locais e para as entidades intermunicipais — Diploma de âmbito s	setorial Decreto-
lei nº 23/2019 de 30 de janeiro – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal	, a não-aceitação
da transferência de competências para a Câmara Municipal no domínio da saú	de para o ano de
2019, tendo sido aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados estas esta	tados obtidos na
votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	-A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	-A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	-A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	-A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	-A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	-A Favor
António Augusto Santos Torres	-A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	-A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	-A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	-A Favor
Maria João Batista Sobreiro	-A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	-A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	-A Favor
Luís António Girão da Fonseca	-A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	-A Favor
Joaquim António Graça Rainho	-A Favor
José Manuel Té Pereira	-A Favor

	- Ruben Emanuel Jorge Soure	-A Favor
	- Bruno Miguel Nunes Ferrão	-A Favor
	- Eusébio Ramos Sousa Campos	-A Favor
	- Victor Manuel Pardal Monteiro	-A Favor
	- Vasco Gonçalo Sousa Martins	-A Favor
	- Joaquim Neves Martinho	-A Favor
	- Paulo Jorge Pinto Rama	-A Favor
	- António da Silva Ferreira	-A Favor
	- João António Góis Girão	-A Favor
	- Paulo Jorge Neves Correia	-A Favor
	- Sandra Isabel Matias Mendes	-A Favor
	- Carlos António Cristino Alves	-A Favor
	- Realizou-se ainda, com 29 membros da AM presentes, a votação da pro	posta de acordo
orévio	de não oposição ao exercício das competências para as Entidades Interm	nunicipais, tendo
sido ap	provada por unanimidade, de acordo com os seguintes resultados obtido	s na votação:
	- VOTAÇÕES	
	- Fernando Jorge dos Ramos	-A Favor
	- Elisa Maria Sá Pinto	-A Favor
	- Renato Moço Nogueira Ribeiro	-A Favor
	- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	-A Favor
	- Tiago Dinis Santos Silva	-A Favor
	- Ana Cristina da Silva Jorge	-A Favor
	- António Augusto Santos Torres	-A Favor
	- Nuno Filipe Jesus Cardoso	-A Favor
	- Francisco José Couceiro Nobre	-A Favor
	- Fernando Pereira Nunes Curto	-A Favor
	- Maria João Batista Sobreiro	-A Favor
	- Célia Margarida dos Santos Craveiro	-A Favor
	- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	-A Favor
	- Luís António Girão da Fonseca	-A Favor
	- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	-A Favor
	- Joaquim António Graça Rainho	-A Favor
	- José Manuel Té Pereira	-A Favor

Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a	transferência de
competências para as Juntas de Freguesia – Decreto-Lei 57/2019 de 30 de a	abril
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 29 membros	s da AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acord	o com os seguintes
resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	Contra
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor

Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: "A minha	a declaração de voto
vai no sentido de questionar os Presidentes de Junta aqui presentes se se	sentem confortáveis
com as verbas que vão ser disponibilizadas por todas estas competências, pa	ara realizar e assumir
estes compromissos com a população."	
Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta	a de composição dos
júris para procedimentos concursais de cargos dirigentes	
Usou da palavra o PMAM que disse: "Os senhores deputados recel	peram a composição
dos júris, de qualquer maneira ela vai-vos ser distribuída uninominalmen	nte e, como sabem,
trata-se de uma votação de pessoas de constituição de júris, e, essa votação	tem de ser por voto
secreto e direto	
Se estiverem de acordo, serão distribuídos os 8 boletins de voto	o, que depois serão
contados e separados	
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29	9 membros da AM,
realizou-se por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da L	ei 75/2013 de 12 de
setembro, na sua atual redação, a votação para Proposta de constituição / o	composição dos júris
para:	
Cargo de direção intermédia de 1º grau – Diretor do Departament	to de Administração
Geral e Finanças:	
Presidente: José Alberto Arede Negrão, Diretor do Departamen	to Administrativo e

Financeiro do Município de Cantanhede
Vogais Efetivos: António Miguel Ferreira Ribeirinho, Diretor do Departamento Municipal
de Recursos Humanos do Município de Pombal e Eugénia Maria Vasques Lopes Sargento Grilo,
Diretora do Departamento de Administração Geral do Município das Caldas da Rainha
Vogais Suplentes: Ana Filipa Borges Matias Gilsanz Magalhães, Advogada especialista
em Direito Administrativo e Ciências Jurídico-Políticas e Pedro Alexandre Malta, Diretor do
Departamento de Administração Geral do Município de Coimbra
A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 19 votos a favor, 7 votos
contra, 1 voto nulo e 2 votos em branco
Cargo de direção intermédia de 1º grau - Diretor do Departamento de Obras
Municipais e Urbanismo:
Presidente: Abel Fernando Menezes Moutinho, Diretor do Departamento Municipal de
Infraestruturas, Obras e Equipamentos do Município de Pombal
Vogais Efetivos: José António Nascimento Chaves Peça Francisco, Diretor do
Departamento de Obras e Ambiente do Município de Alcobaça e António José Zamith Soares
Rosas, Diretor Municipal do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento do Município de Braga -
Vogais Suplentes: Carlos José Batalhão, Advogado especialista em Direito Administrativo
e Joaquim José Oliveira Sousa, Docente do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra – ISEC
A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 votos a favor, 7 votos contra,
1 voto nulo e 1 voto em branco
Cargo de direção intermédia de 2º grau — Chefe da Divisão Financeira e Património
Municipal:
Presidente: Carla Alexandra Gonçalves Almeida, Chefe da Divisão Económica e
Financeira do Município de Estarreja
Vogais Efetivos: Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues, Chefe da Divisão
Administrativa e Financeira do Município de Miranda do Corvo e Sara Sofia Correia Mendes,
Chefe da Divisão de Administração e Gestão do Município de Góis
Vogais Suplentes: Maria Adelaide Montenegro Cardoso Salvador Coelho, Chefe da
Divisão Administrativa e Financeira do Município de Condeixa-a-Nova e Joana Feteira Godinho,
Chefe da Divisão de Contabilidade, Controlo e Disponibilidades do Município de Cascais
A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 19 votos a favor, 8 votos
contra e 2 votos em branco
Cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe da Divisão de Edifícios, Infraestruturas,

Equipamentos Municipais, Eventos e Apoio às Juntas de Freguesia:
Presidente: António Carlos Albuquerque de Sousa, Diretor do Departamento de Obra
Municipais e Ambiente do Município da Figueira da Foz
Vogais Efetivos: Anabela Barosa Lourenço, Chefe da Divisão de Obras Municipais do
Município de Cantanhede e Carlos Alberto Pereira Cosme, Chefe da Divisão de Equipamentos
Mobilidade, Águas e Saneamento do Município de Anadia
Vogais Suplentes: António Manuel André Paredes Silva, Chefe da Divisão de Obras
Projetos Municipais do Município da Figueira da Foz e José Carlos Morais Pinto Cardoso, Chefo
da Divisão de Qualidade, Ambiente e Gestão de Frota do Município de Anadia
A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 votos a favor, 8 voto
contra e 1 voto em branco
Cargo de direção intermédia de 3º grau — Chefe da Unidade Orgânica de Ambiente
Limpeza Urbana e Saúde Animal:
Presidente: Válter Miguel Gaspar Rainho, Chefe da Divisão de Ambiente do Município
da Figueira da Foz
Vogais Efetivos: Francisco Daniel dos Santos Henriques, Chefe do Serviço de Gestão
Ambiental e Espaços Verdes da INOVA, EM e Cármen da Conceição Santos, Chefe da Divisão
Administrativa e Financeira do Município de Mira
Vogais Suplentes: Helena Maria Veiga Gonçalves Bigares, Chefe da Divisão de Ambiento
e Serviços Urbanos do Município de Condeixa-a-Nova e Rute Neto Cabrita e Gil Saraiva, Docento
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 votos a favor, 8 voto
contra e 1 voto em branco
Cargo de direção intermédia de 3º grau — Chefe da Unidade Orgânica de Cultura
Turismo, Património Material e Imaterial, integrada na Divisão de Educação, Ação Social
Saúde, Desporto, Cultura e Turismo:
Presidente: Cristina Paula Ventura Antunes, Chefe da Divisão Sociocultural e Educativa
do Município de Pampilhosa da Serra
Vogais Efetivos: Mário José Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Cultura e Turismo
Desporto e Juventude do Município de Penela e Mário João Lourenço Gomes, Chefe da Divisão
de Planeamento nas áreas de Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres do Município d
Soure
Vogais Suplentes: Joaquim Pereira da Silva Correia, Chefe da Divisão de Cultura

Turismo do Municipio de Coimbra e Maria Carlos Chieira Mariano Pego, Chefe da Divisão de
Cultura, Desporto e Turismo Município de Cantanhede
A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 votos a favor, 8 votos
contra e 1 voto em branco
Cargo de direção intermédia de 3º grau — Chefe da Unidade Orgânica de Apoid
Administrativo, integrada na Divisão de Obras Municipais do Departamento de Obras
Municipais e Urbanismo:
Presidente: Mário Fernando Rodrigues Monteiro, Chefe da Divisão de Obras Públicas e
Municipais do Município de Soure
Vogais Efetivos: Cármen da Conceição Santos, Chefe da Divisão Administrativa e
Financeira do Município de Mira e Anabela Barosa Lourenço, Chefe da Divisão de Obras
Municipais do Município de Cantanhede
Vogais Suplentes: Carla Sofia Ferreira Machado, Assistente da Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra e Joaquim José Oliveira Sousa, Docente do Instituto Superior de
Engenharia de Coimbra – ISEC
A proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 19 votos a favor, 8 votos
contra e 2 votos em branco
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a emissão de parecer ad
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — José dos Reis Costa
Monteiro
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:
VOTAÇÕES
Fernando Jorge dos RamosA FavorA Favor
Elisa Maria Sá PintoA FavorA
Renato Moço Nogueira RibeiroA FavorA Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge
Tiago Dinis Santos SilvaA FavorA
Ana Cristina da Silva JorgeA FavorA Favor
António Augusto Santos Torres António Augusto Santos Torres
Nuno Filipe Jesus CardosoA FavorA Favor
Francisco José Couceiro NobreA FavorA Favor

Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a emiss	são de parecer ao
Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a emissabrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Maria	-
	de Encarnação da
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria	de Encarnação da
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria Costa Laranjeiro	de Encarnação da da AM, realizou-se
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria Costa Laranjeiro	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com os
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Maria Costa Laranjeiro	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com os
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Maria Costa Laranjeiro	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com os
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Maria Costa Laranjeiro.	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com os
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Maria Costa Laranjeiro.	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com osA Favor
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Maria Costa Laranjeiro.	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA Favor
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Maria Costa Laranjeiro. Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade o seguintes resultados obtidos na votação:	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA Favor
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria Costa Laranjeiro.	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria Costa Laranjeiro	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria Costa Laranjeiro.	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
abrigo do n.º 3 do art.º 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto — Maria Costa Laranjeiro	de Encarnação da da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor

	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Munici	pal, a emissão de declaração de
interesse municipal, apresentado por VINIUS DISTRI – Distrik	ouição de Bebidas, Lda., Rua de
Além Mourão, Freguesia de Tentúgal – Processo n.º 06/2019/	-
	/50, para efeitos da alínea b) do
	'50, para efeitos da alínea b) do
Além Mourão, Freguesia de Tentúgal – Processo n.º 06/2019/ n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM Não havendo intervenções e encontrando-se presentes a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por u	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM.	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM.	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM.	750, para efeitos da alínea b) do
n.º 3 do artigo 73.º do Regulamento do PDM	750, para efeitos da alínea b) do

Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a emissão	de declaração de
interesse municipal, apresentado por INDICEPODIUM, Lda., Parque	de Negócios de
interesse municipal, apresentado por INDICEPODIUM, Lda., Parque Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe	_
	es - Processo n.º
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe	es - Processo n.º
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Regu	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguero	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintes
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguer	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintes
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguer	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintes
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Regueres Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo resultados obtidos na votação:	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintes
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Regueres Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo resultados obtidos na votação:	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintesA Favor
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias. Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo resultados obtidos na votação:	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintesA FavorA Favor
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesia do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesia da Alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesia da Alínea borda da Alín	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintesA FavorA FavorA Favor
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Morea 25 membros de avotação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo resultados obtidos na votação:	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintesA FavorA FavorA FavorA Favor
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Regu	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintesA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Regu	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintesA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Montemor-o-Velho, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Montemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.30.003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.20.0003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.20.0003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Mortemor-o-Velho e Gatõe 2019/450.20.0003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Alínea 2019/450.20.0003/17, para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 73.º do Reguesias de Alínea 2019/450.0003/17, para efeitos da Alínea 2019/450.20.0003/17,	es - Processo n.º Ilamento do PDM. da AM, realizou-se com os seguintesA FavorA Favor

Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o reconhec	imento do Interesse
Público Municipal na regularização da pedreira n.º 6475, denominada "Tra	aveiro" apresentado
por Sorgila – Sociedade de Argilas, S.A., Lugar de Traveiro, freguesia de San	to-Varão – Processo
n.º 06/2017/145, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º	do DL n.º 165/2014,
de 5 de novembro (na sua atual redação)	
O PMAM deu a palavra ao membro Marcelo Ferreira (Coligação Po	r Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Sobre este ponto, é só por uma questão que é lá na n	ninha Freguesia. Sei
que isto é só para Reconhecimento de Interesse Público, e que as competê	ncias e a legalização
são da Direção Geral de Energia e Geologia, mas queria alertar a Câmara	a Municipal para as
questões de segurança, porque há uns anos morreu lá uma pessoa, num dos	s lagos que existe no
interior	
As vedações existentes não são as melhores, são feitas em terra	a, fáceis de subir e
ultrapassar, e há zonas junto aos terrenos agrícolas que não têm vedação.	. Existe também um
caminho agrícola que está a ruir devido às escavações feitas	
É só para ficar registado este alerta, e para dar conhecimento à Cân	nara Municipal."
Pediu a palavra o membro António Torres (Coligação Por Montem	nor Tudo e Sempre)
que disse: "Já agora, também para acrescentar ao que o membro Marcelo Fe	erreira disse e muito
bem, quando foi feita a delimitação daquela área, na parte respeitante à ϵ	estrada principal, há

an um espaço que eles foram tomar na vedação que, na verdade, e pert	-
Por isso, é importante que a Câmara Municipal pudesse eventualn	nente verificar os
limites da Câmara até ao limite da Exploração, porque eles fizeram o arra	
limitaram imediatamente essa parte da Saibreira, com uma rede de acesso	•
Nos meus tempos, em que eu conhecia, aquela área era muito mais	
efeitos de tipo de baldio, por isso, verificar e deixar esse alerta às entidades	
limitação da área, e reforçar mais uma vez aquilo que o colega disse, e mu	
cuidado da parte Poente, Nascente, não sei, dos acessos à Saibreira, aos	•
terrenos, porque há terrenos que eventualmente que já têm menos terreno, p	
das escavações e do tempo, aquilo vai escavando e vai caindo, e na verdade o	
si no fundo, está a reter	
Só para reforçar isso! O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Agrac	
membros da Assembleia. Está aqui a senhora Diretora de Departamento de C	•
	·
Urbanismo, Isabel Quinteiro, remeto e subscrevo para ela todas as re	
investigue-se aquilo que se tem de se investigar e que foi aqui alertado pelos so	
da AM, António Torres e Marcelo Ferreira"	
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 r	
realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanir	
com os seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	
Elisa Maria Sá Pinto	
Renato Moço Nogueira Ribeiro	
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor

Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assun	ção de compromisso
plurianual - Transportes escolares- Ano letivo 2019/2020	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro	os da AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade	e de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
~	
VOTAÇÕES	
VOTAÇÕES	
-	A Favor
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor A Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto	A Favor A Favor A Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor A Favor A Favor A Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto	A Favor A Favor A Favor A Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto Renato Moço Nogueira Ribeiro Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto Renato Moço Nogueira Ribeiro Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge Tiago Dinis Santos Silva	A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto Renato Moço Nogueira Ribeiro Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge Tiago Dinis Santos Silva Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto	A FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Fernando Jorge dos Ramos Elisa Maria Sá Pinto Renato Moço Nogueira Ribeiro Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge Tiago Dinis Santos Silva	A FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Fernando Jorge dos Ramos	A FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor

Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a as	sunção de compromisso
plurianual - Fornecimento e acompanhamento de refeições escolare	es aos alunos dos JI'S e
EB1'S da rede pública do município de Montemor-o-Velho e dinam	ização de atividades de
animação e apoio à família aos alunos dos JI'S no âmbito do pr	ograma de expansão e
animação e apoio à família aos alunos dos JI'S no âmbito do pr desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generaliza	
	ção do fornecimento de
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generaliza	ção do fornecimento de
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generaliza refeições escolares aos alunos do 1. º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1. º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com os
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generaliza refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com os
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com os
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com os
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com os
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com osA FavorA Favor
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com osA FavorA FavorA Favor
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1. º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com osA FavorA FavorA Favor
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1. º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com osA FavorA FavorA Favor
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generalizar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com os
desenvolvimento da educação pré-escolar e programa de generaliza refeições escolares aos alunos do 1.º CEB-ano letivo 2019/2020	ção do fornecimento de mbros da AM, realizou-se dade de acordo com os

Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
	~ .
Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunça	ão de compromisso
Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunço plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó	-
	rico – PARU 5
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó	rico – PARU 5s da AM, realizou-se
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros	rico – PARU 5s s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade	rico – PARU 5s s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5s da AM, realizou-se de acordo com os
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5 s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5 s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5 s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
plurianual - Rede Polinucleada de Ativação e Dinamização do Centro Histó Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	rico – PARU 5 s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor

Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 17. Aprovar, sob proposta do Executivo Munici	pal, a assunção de compromisso
plurianual - Reabilitação Urbana em ARU - Requalificação do	espaço envolvente ao Convento
dos Anjos – PARU 4	
Não havendo intervenções e encontrando-se presente	s 26 membros da AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por	unanimidade de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor

Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunç	ão de compromisso
	DIL 1
plurianual - Reabilitação Urbana em ARU — Parque Urbano Ribeirinho — PA	KU 1
plurianual - Reabilitação Urbana em ARU – Parque Urbano Ribeirinho – PA Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro	
	s da AM, realizou-se
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com os
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade	s da AM, realizou-se de acordo com os
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com os
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	de acordo com os
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	de acordo com osA Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	de acordo com os A FavorA Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com os
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA FavorA Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membro a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade seguintes resultados obtidos na votação:	s da AM, realizou-se de acordo com osA FavorA Favor

Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 19. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, da
transferência de competências para o Município no âmbito da Educaçã	o – Proposta de
pronúncia nos termos do n.º 2 do art.º 69 do Decreto-lei n.º 21/2019 de 30 d	de janeiro
A AM tomou conhecimento da transferência de competências para	a o Município no
âmbito da Educação – Proposta de pronúncia nos termos do n.º 2 do art.º 69	do Decreto-lei n.º
21/2019 de 30 de janeiro	
Ponto 20. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, da
autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia	a Municipal para
Isenções e/ou reduções de taxas — Listagem de Isenções e/ou reduções de	taxas concedidas
entre 01/04/2019 e 31/05/2019	
A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de a	autorização prévia
da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas — Listagem	de Isenções e/ou
reduções de taxas concedidas entre 01/04/2019 e 31/05/2019	
Ponto 21. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, da
autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia	a Municipal para
Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais	assumidos entre
01/04/2019 e 31/05/2019	
A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de a	autorização prévia
	acconização previa

plurianuais assumidos entre 01/04/2019 e 31/05/2019	
Ponto 22. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Diploma de âmbito setorial DL 58/2019 de 30 de abril - proposta de não-aceitação das competências para o Município e	
âmbito do art.º 8.º	
Usou da palavra o PMAM que disse: "Vamos então ao ponto 2	2.º, que foi o ponto que
foi aditado inicialmente, e que tem a ver com a proposta de não-acei	tação das competências
para o Município, primeiro, e depois a proposta de acordo de não o	oosição ao exercício das
competências pela CIM, no âmbito do art.º 8.º	
Portanto, a primeira votação tem a ver com a não-aceitação o	las competências para o
Município	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 men	nbros da AM, realizou-se
a votação da proposta do Executivo Municipal tomada em reunião de	Câmara de 27 de junho
de 2019, de Diploma de âmbito setorial DL 58/2019 de 30 de abril – pr	oposta de não-aceitação
das competências para o Município, que foi aprovada por unanimio	dade de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor

José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 men	nbros da AM, realizou-se
a votação da proposta de acordo prévio de não oposição ao exercício	o das competências pela
CIM, no âmbito do art.º 8.º, que foi aprovada por unanimidade de a	cordo com os seguintes
esultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor

Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Ponto 23. Aprovar, sob proposta do Executivo Mun	icipal, o Decreto-Lei 72/2019 de 28
de maio – Áreas Portuárias – proposta de não-aceitação	do exercício da transferência de
competências para o Município para os anos 2019 e 2020	
Não havendo intervenções e encontrando-se presen	ites 26 membros da AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada po	or unanimidade de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Nuno Filipe Jesus Cardoso	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
José Manuel Té Pereira	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2019, junho, 27

Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos	do nº. 1 do art.º 49.º da
Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado	com os artigos 37.º e 53.º
do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordina	ária de 27 de fevereiro de
2018, na sua atual redação	
Verificou-se a existência de público	
Esteve presente a munícipe Teresa Freitas, residente na Rua	25 de Abril, na União de
Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, que disse: "Muito bo	a tarde! Antes da minha
intervenção, eu queria fazer uma declaração de interesses, eu n	ão estou aqui enquanto
militante do PSD, que sou, com as quotas pagas, estou enquanto i	nascida e criada no Baixo
Mondego, e tenho uma relação de amizade com o Décio, que espero	que não fique melindrado
depois da minha intervenção	
Era isto que eu queria deixar claro, antes de poder falar	
O que me trouxe foi a polémica missão a Moçambique. Eu	emigrei há 10 anos para
Angola, conheço muito bem a África, estou há dez anos em Angola e	e, portanto, todas as fotos
que aqui viram e o relatório que estava muito bem detalhado, pa	ara mim não é novidade,
conheço exatamente as necessidades de Moçambique e de Angola, e	não vou fazer críticas. Eu
fiz dois telefonemas para Moçambique, e pedi que a informação que	me foi dada por telefone,
me fizessem chegar por e-mail	
A informação chegou-me, eu já imprimi, já dei a quem de dir	eito, para depois fazerem
o que quiserem, porque os deputados estão cá para isso, e eu como	não estou cá há dez anos,
também não vou estar agora, a reclamar e a pegar em assuntos políti	cos
Foi uma comitiva, muito bem, só que é assim, o meu primo V	asco, nascido e criado em
Tentúgal, uma Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho, teve na	a Beira como voluntário, é
enfermeiro, ou seja, eu achava que se é para fazer um serviço de vo	oluntariado, se tem que ir
quando é preciso	

O meu primo Vasco esteve lá, passou a Páscoa, dormiu numa tenda, a beber água que
não era potável, sem alimentação, portanto, quando se tem que fazer alguma coisa de uma
forma honesta, tem que ser na altura certa, não é passados dois ou três meses
Em relação aos serviços que foram feitos, eu também não me vou adiantar, porque eu
já pedi um esclarecimento a Moçambique, que me foi chegado, por isso em termos de Proteção
Civil, ou se foram formações de enfermagem, eu sei o que eles precisam
E aquilo que eu quero dizer ao Senhor Presidente, e vim cá precisamente para lhe dizer
isso, eu gostava de ter visto empresários na sua Missão, e vou dizer isto sem nenhum rebuço,
eu gostava de ter visto o Veríssimo, e porquê? Porque podia fazer contactos, para
internacionalizar a sua empresa, Montemor-o-Velho precisa de internacionalizar a sua marca,
não é serviços que o FMI, o PENUD, o BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) tem programas
para pagarem aquilo que vocês não tendo dinheiro, achavam que podiam ir pagar
Gostava de ter visto empresários do meu Concelho, na comitiva. Gostava de ter visto o
Vereador Veríssimo, porque a potencialidade agrícola em Moçambique, é enorme, não é ir ver
Lagoas, por amor de Deus! Porquê é que não levou, eu vou falar nele, por acaso ele está aqui,
que não era suposto, nós viemos cada um com o seu tema, nem sequer combinamos, mas eu já
tinha dito que ia falar daquilo que eu conheço, das pessoas que eu conheço, que por acaso são
da minha família, que é o meu primo Alcino, que decidiu investir no Concelho, e que acorda
todos os dias às cinco e seis da manhã? Como o meu irmão André, porque decidiu investir aqui
no Concelho? É por eles que eu estou aqui, eu por opção minha, e por convicção, emigrei há dez
anos, porque eu tinha empresa cá, mas foi por convicção, mas eu não admito e não aceito que,
pessoas da minha família, diretamente ligadas a mim, que decidiram investir aqui, não pedem
dinheiro, nem ajudas a ninguém, acordam às cinco e seis da manhã, não têm um horário de
funcionário público, ok?
Portanto, é por eles que estou aqui.
Não vou fazer detalhes, porque a informação me foi chegada por e-mail, eu tenho tudo
registado, imprimi e dei a quem de direito, portanto não vou estar aqui com tricas e maldricas,
que não foi isso que me trouxe, porque eu não vim por questões políticas. Vim por questões do
Concelho
O quê é que o Concelho precisa? Internacionalizar-se! Moçambique precisa de jovens
agricultores, com know-how. Porque é que o Veríssimo não foi? Porquê é que o meu primo
Alcino não foi? Porque é que o empresário, Nuno Durão, que agora está no Parque de Negócios
não foi?

E sao essas perguntas que eu espero que me responda, porque o resto eu nao vou falar,
enquanto a informação que eu fiz chegar a quem de direito, não chegue a outras pessoas a quem
de direito. Muito obrigada!"
O PMAM deu a palavra ao munícipe Alcino Monteiro Fernandes Vagos, residente na Rua
Casal dos Mouros, n.º 23, na União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, que disse:
"Muito boa tarde! O caso que me traz aqui, é mais profissional, e não social
Sou empresário no Concelho e, como foi falado há pouco, pelo Senhor Marcelo, as
alternativas de ligar as Freguesias à Sede do Concelho são miseráveis
Para além desses acessos serem miseráveis, e não haver o consenso entre a APA e o
Município, para além disso, temos de respeitar o meio em que estamos inseridos. O Desporto é
muito importante, mas a agricultura em primeiro lugar, porque antes do Desporto estar no lugar
que está, já existia a agricultura, e daí o meu motivo de descontentamento, porque na altura
como foram feitas as obras de emparcelamento, foi descontado 3% aos agricultores para
caminhos e valas de drenagem
Esses caminhos foram passados para o domínio municipal, não sei como, gostava de
perguntar como é que eles passaram para o domínio municipal, uma vez que houve um
desapropriamento para fazer uma via pública, para ligar as Freguesias à Sede do Concelho, essa
obra não foi terminada, e para além disso, está a ser barrada neste momento
As alternativas de um camião de pesados, de circular da rotunda do Centro Náutico para
Formoselha são: ou vai ao Concelho de Soure, ou então vai ter que ir a Tentúgal, para ir para Formoselha
Portanto, têm de haver soluções, temos de respeitar o Desporto em primeiro lugar, mas
mais que isso o Desporto também tem de respeitar o meio onde está inserido. E o meio onde
está inserido é agrícola. Nós precisamos daquela via para circular para ir trabalhar, não é para
circular, é para trabalhar, não temos culpa de levantar pó porque, aquela via não é 100%
municipal, porque já lá existia e era do domínio hidráulico, e a minha pergunta era porquê que
eu não posso circular naquela via pública, porque eu preciso de trabalhar, porque precisamos
daquela estrada todos os dias, e temos de ir dar a voltar por milhões de buracos, ou então para
não passarmos pelos buracos, temos de fazer dezenas de quilómetros. É só isto que eu tenho
de perguntar!
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Em primeiro lugar agradecer a intervenção
da senhora Teresa Freitas, dar-lhe nota que eu tinha dito que não falava sobre o assunto, mas
por respeito a ela, e porque aguentou a Assembleia toda, eu vou falar, porque ela não tem nada

a ver com o que se passou antes
O Senhor Vice-Presidente tem que me substituir nas minhas ausências, logo não
podemos sair os dois ao mesmo tempo, e essa é uma das razões principais
Segundo, porque efetivamente, não nos foi colocada nenhuma questão, nem foi pedido
nem solicitado ninguém nessa área da agricultura
Também dizer-lhe que na Província de Nampula, em concreto, isto estamos a falar da
Província de Nampula, não é um problema premente, ou seja, não é uma prioridade. Aquilo que
foi designado como prioridade, eram situações muito simples, que nós podíamos resolver e
eram elencadas aqui, mas que nós à distância não sabíamos resolver, e que tem a ver com uma
coisa muito simples, para fazerem contratos de obra estão lá os Brasileiros, Alemães,
Americanos, os Chineses, que estão prontamente disponíveis para fazerem esses contratos de
obra, e aquilo que nos foi solicitado, era dar a esses Municípios capacidades, e capacitar esses
Municípios para poderem fazer essas intervenções
Essa era a prioridade que nos tinha sido dada, e portanto, foi a razão da composição da
comitiva, e em particular o próprio Deputado que nos convidou, como conheceu e foi-lhes
apresentado o Município, eles vieram à procura deste Município em concreto, tinham esta
referência do Município de Montemor-o-Velho, e vieram cá em fevereiro e nós mostramos-lhe
o Município, e eles próprios é que me deram a indicação de quem eram as pessoas que queriam.
Houve uma ou duas, que eu tive de substituir porque não quiseram ir e, portanto, essa
é a razão da composição e, portanto, também lhe dou toda a razão de que a agricultura era algo
que eles deviam explorar mais, mas como também deve saber, e tão bem como eu, a Cidade de
Nampula, a Cidade de Nacala, estão num estado tal, que a prioridade é mesmo saúde pública, e
quando falo aqui da Lagoa, é uma vergonha a Lagoa manter-se como foco de malária, quando a
solução é simples, qualquer Presidente de Junta aqui, conseguia resolver aquele problema, eles
não têm meios nem têm técnicos para o resolver
E, portanto, essa é a razão e dar-lhe de resposta, apesar de concordar inteiramente
consigo, que a agricultura e os jovens agricultores Portugueses podem olhar para Moçambique,
podem olhar para o norte de Moçambique, embora não seja aí talvez a área de intervenção
prioritária dos agricultores, ou dos jovens agricultores, num futuro próximo
Dizer-lhe também que gostei das suas palavras, porque efetivamente as pessoas querem
os Portugueses, não querem os outros. Eles querem muito que nós os ajudemos, e querem
muito os empresários Portugueses, querem muito as pessoas de Portugal
Essa é a sensação, e a resposta que eu lhe quero dar, e que eu conheci in loco

Apesar de eu ser de la, eu vim de la em criança e, portanto, não tinha a noção daquilo
que evoluiu Moçambique e, portanto, eu hoje tenho consciência daquilo que está lá, e subscrevo
por inteiro aquilo que disse
Em relação ao senhor Alcino Vagos, dar-lhe nota do seguinte: antes de existir aquela via,
que nós regularizamos, quero-lhe dizer duas notas
Primeiro, houve uma expropriação, o caminho que pertence ao emparcelamento não é
todo, o resto não é via pública, esse é o primeiro erro da sua intervenção, não é via pública
Vou-lhe dizer claramente porque é que fizemos a intervenção. Porque continuamente
fazíamos a marcação do terreno, daquilo que era propriedade da Câmara, e que foi expropriado
pelo Executivo anterior, e os agricultores aproveitavam-se para destruir as marcações
continuamente, fizemos cinco ou seis marcações e, portanto, nós decidimos acabar com aquilo,
porque sempre que íamos lá marcar, e púnhamos marcações, elas eram destruídas pelos
agricultores, e continuavam a fazer a sua cultura até à extrema
Senhor Alcino, a Câmara nada mais fez do que, reclamar aquilo que tinha sido pago e
expropriado e, portanto, fez a tal via. O que é que aconteceu a seguir? O que aconteceu a seguir
é que, existem, e não é só o impedimento do Centro Náutico, há também uma conduta de água
que não permite o trânsito indiscriminado de pesados, e de outro tipo de trânsito rodoviário. E
a solução que nos é proposta para poder fazer aquela via, é uma solução que custa mais de um
milhão de euros, porque tem de ser tudo betonado, para proteger aquela conduta
E este é o impasse que está ali criado, para que não possa ser utilizada. Eu subscrevo
também inteiramente a sua opinião, nós tentamos ainda de certa forma resolver, eu o último
desafio que lancei, até foi ao nosso Vice-Presidente, foi de que tentasse negociar um bocadinho
mais de terreno, para que nós pudéssemos fazer a estrada, ou a via, ao lado da conduta, e aí
provavelmente fica muito mais barato fazer a via que se impõe até para aquela zona, e
provavelmente resolveria todo um conjunto de constrangimentos, das estradas do campo, mas
ainda não conseguimos, porque vamos ter que entrar em novo processo negocial, para alargar
mais a expropriação, de forma a poder fazer uma via de dois sentidos, ao lado daquela adutora,
que é assim que se deve dizer
E esse é o impasse, que está ali gerado
Usou da palavra o PMAM que disse: "Antes de terminar a Assembleia, e de vos desejar,
eventualmente, um bom período de férias, deixem-me dizer-vos duas coisas
Primeiro, eu sei que a Câmara Municipal teve pouco ou nada a ver com isso, mas eu não
quero deixar de registar aqui, que mais uma vez a RTP tenha escolhido o Município de

Montemor-o-veino para fazer a emissão zero das sete Maravinas Gastronomicas e, portanto,
quero deixar aqui registada, a minha opinião
Segunda nota, enfim, dizer-vos o seguinte, e esta é uma reflexão muito, mas muito
pessoal, entendam-na como muito bem entenderem
Desde que sou Presidente da Assembleia Municipal, e por beneplácito, eu posso dizer
isso do Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal tem assumido as Comemorações
do 25 de Abril
Devo dizer o seguinte: tenho-me sentido muito confortável, e julgo que todos os
membros da Assembleia também, com a forma como elas têm decorrido, e sobretudo, deixem-
me dizer-vos, a minha opinião, a forma como elas têm evoluído, no sentido positivo, no sentido
de aumentarmos essa Comemoração. Digo-vos sinceramente, este ano, e partindo do princípio
que a Assembleia Municipal voltará a organizar as Comemorações do próximo ano, eu digo-vos
sinceramente que não sei, já disse isso na Tertúlia, que acabei por fazer no CITEC, não sei se
conseguiremos subir o nível das Comemorações deste ano
E por isso, vamos tentar, naturalmente, mas eu tenho que dizer isto formalmente a
todas as pessoas, e particularmente, a todos os membros da Assembleia Municipal, face ao
privilégio que me têm concedido de coordenar essa comissão, porque julgo que honramos
Montemor-o-Velho, honramos a Democracia, e sobretudo, honramos o Poder Autárquico
Democrático
Finalmente, antes de encerrar a sessão, solicito a aprovação das deliberações em minuta, para
que possam ter efeito imediato
As deliberações foram aprovadas em minuta
Muito boa tarde e está encerrada a Assembleia Municipal."
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
Fernando Jorge dos Ramos
O PRIMEIRO SECRETÁRIO
Joaquim António Graça Rainho
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Célia Margarida dos Santos Craveiro.

APRESENTADO
EM
SESSÃO
DE



Deliberação:	
	-
O Secretário,	

ASSEMBLEIA MUNICIPA

	ASSEMBLEIA MONICIPAL
☐ PROPOSTA	∐ INTERVENÇÃO
☐ DECLARAÇÃO DE VOTO	∐ RECOMENDAÇÃO
x moção	☐ REQUERIMENTO

ASSUNTO: Congratulação de aniversário______

A bancada do Partido Socialista (PS) da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho felicita as diversas associações do concelho, abaixo mencionadas, por mais um aniversário, realçando o seu relevante e imprescindível contributo para o desenvolvimento do concelho ao nível social, cultural e desportivo.

Os signatários fazem votos de que continuem a prestar á comunidade um trabalho dedicado e constante, que merece todo o respeito e reconhecimento.

Filarmónica de Instrução e Recreio de Abrunheira

Grupo Recreativo Revelense

Academia Musical Arazedense

Clube Desportivo Carapinheirense

Rancho Folclórico de Carapinheira

Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira

Grupo Folclórico da Ereira

Clube União Musical Recreativo Gatoense

Gatões Futebol Clube

Associação de Criadores de Gado de Lide do Vale do Mondego

Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata

Clube Infante de Montemor

Núcleo Sportinguista de Pereira

Associação Filarmónica União Verridense

Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Verride

Associação Cultural e Recreativa da Caixeira

Associação Recreativa e Cultural 3 de Maio

(Agradece-se a divulgação desta comunicação por todas as entidades mencionadas)

PAÇOS DO MUNICÍPIO

EM 27/06/2019

Pela bancada do Partido Socialista

100 ch 27/2 ho/2019

Aprovada por 27.06.19 O SMAM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO **MOCÃO**

Assunto – Votos de Parabéns

A Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR, TUDO E SEMPRE" (PPD/PSD -CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho:

1 - Apresenta, na passagem de mais um aniversário, sinceros votos de parabéns e de continuação de êxitos:

ASSOCIAÇÃO CORVO E PINHO

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E SOCIAL DA EREIRA

ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA UNIÃO VERRIDENSE

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL 3 DE MAIO

CELEIRO DOS DUQUES DE AVEIRO

CENTRO CULTURAL DESPORTIVO E RECREATIVO DE VERRIDE

CÍRCULO DE XADREZ DE MONTEMOR-O-VELHO

CLUBE INFANTE DE MONTEMOR-O-VELHO

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – CARAPINHEIRA

DELEGAÇÃO BAIXO MONDEGO - CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - PEREIRA

FILARMÓNICA INSTRUÇÃO E RECREIO DA ABRUNHEIRA

GRUPO DESPORTIVO DA EREIRA

GRUPO FOLCLÓRICO DA ACDR

GRUPO FOLCLÓRICO DA EREIRA

GRUPO RECREATIVO REVELENSE

GRUPO UNIÃO MUSICAL RECREATIVO GATOENSE

RANCHO FOLCLÓRICO DA CARAPINHEIRA

ROTARY CLUB DE MONTEMOR-O-VELHO

UNIÃO DESPORTIVA SANTOVARONENSE

Pela Coligação, "Por Montemor, Tudo e Sem (Lídia Pagaimo)

Nota - Dar conhecimento às entidades referidas

APRESENTADO EM SESSÃO DE



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

Deliberação:	
O Secretário,	_

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
☐ PROPOSTA	□ intervenção
☐ DECLARAÇÃO DE VOTO	☐ RECOMENDAÇÃO
X MOÇÃO	☐ REQUERIMENTO

ASSUNTO: Voto de Louvor ao Clube do Desporto Escolar do

Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho

A bancada dos elítos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Montemoro-Velho, vem propor, através desta moção, um voto de louvor aos Professores e Atletas do Clube do Desporto Escolar do Agrupamamento de Escolas de Montemor-o-Velho, porquanto:

Ao longo dos últimos anos o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, através do Desporto Escolar, tem levado o nome do Concelho por diversas localidades de norte a sul do país.

No presente ano, os resultados obtidos nas várias modalidades desportivas resultaram em inúmeros títulos distritais, regionais e nacionais, tanto a nível individual como coletivo.

No caso da participação nos Campeonatos Nacionais, após se terem sagrado campeões regionais e distritais, destacam-se:

- na Canoagem, da responsabilidade dos professores Dulce S. José e José Charro, a equipa constituída pelos alunos Filipe Laranjeira, Francisca Matos, Maria Rita Pires, Rafael Pereira, Fernando Amaro e David Hnidets que alcançaram coletivamente o primeiro lugar nacional;
- no Boccia, da responsabilidade do professor Luís Pancas, o aluno Tiago Rodrigues que alcançou o segundo lugar nacional;
- no Atletismo, da responsabilidade do professor Pedro Pires, a equipa de Iniciadas constituída pelas alunas Francisca Mendes, Ana Laura Carvalho, Matilde Sousa, Diana Laranjeira, Martina Duque, Beatriz Nogueira, Maria Rita Caldeira, Ana Rita Carvalho, Daniela Mota, Ana Raquel Fonseca e Rita Campos alcançaram coletivamente a terceira posição nacional e o aluno Diogo Luís alcançou a quarta posição nacional na prova de 80m barreiras;
- no Xadrez, da responsabilidade do professor Nuno Marques, o aluno José Rodrigues alcançou a décima posição nacional;

Já nos Campeonatos Regionais da Zona Centro também foram obtidas honrosas classificações destacando-se:

- No Ténis de Mesa, a equipa de juvenis da responsabilidade do professor Fernando Torres, que obteve a terceira posição regional
- Na Patinagem, o grupo da responsabilidade da professora Ana Santos, alcançou dois títulos de campeões regionais, um segundo e um quarto lugar por equipas. A aluna Iris Nobre foi a terceira melhor da região na prova de velocidade
- Nos Desportos Gímnicos, da responsabilidade da professora Carla Pereira: a aluna, Ana Laura Carvalho foi sétima classificada na prova de minitrampolim e décima primeira na prova de artística; a aluna Carolina Nobre obteve a nona posição da região centro.

Assim, propõe-se um voto de louvor para os alunos e professores que os acompanham reconhecendo, desta forma, o prestígio que as atividades dinamizadas pelo Desporto Escolar do Agrupamento trazem ao concelho de Montemor-o-Velho, às modalidades e à formação dos nossos jovens.

Desta moção, depois de aprovada, deve dar-se conhecimento aos professores citados e ao Sr. Diretor de Escolas do Agrupamento, solicitando que o mesma se torne pública no Dia do Diploma do Agrupamento.

PAÇOS DO MUNICÍPIO

Em 27/06/2019

A líder de bancada do PS

Recombe en de 27 Juli 101

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

MOÇÃO:__X_

INTERVENÇÃO:____

DECLARAÇÃO DE VOTO:___

Assunto: Congratulações pela atribuição da medalha de Ouro 2019, para a Queijada de Pereira no Concurso Nacional de Doçaria Rica Tradicional Portuguesa

A Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR, TUDO E SEMPRE" (PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Maria João Batista Sobreiro vem por este meio parabenizar o restaurante "Manjar do Tojal", pela conquista da medalha de Ouro 2019 para a Queijada de Pereira no Concurso Nacional de Doçaria Rica Tradicional Portuguesa, na Feira Nacional de Agricultura 2019.

Ao longo dos últimos anos têm tido um papel fundamental na divulgação da Queijada de Pereira, mostrando o que de bom se faz na freguesia de Pereira e no concelho de Montemor.

Sendo um exemplo de sucesso mas também de um grande espírito de trabalho e de entrega elevando a Queijada de Pereira a patamares nunca antes alcançados.

Esta bancada deixa aqui uma palavra agradecimento, admiração e consideração pelo Vosso trabalho desejando as maiores venturas a este Restaurante.

Por esse facto esta bancada deixa aqui o seu reconhecimento.

A Coligação "POR MONTEMOR, TUDO E SEMPRE"

O (A) Deputado(a) Municipal

novia joot sosuive

Montemor-o-Velho, 27 de junho de 2019

Nota - Dar conhecimento à entidade referida



Aprovada por_

Assembleia municipal de montemor-o-velho Ao Senhor President de Camare Pare de Camare Pare

Assunto: Requerimento

A Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR TUDO E SEMPRE" (PPD/PSD — CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Marcelo Gustavo Da Silva Ferreira, vem por este meio solicitar copia do protocolo feito em 2001 com a APA das estradas que atravessam o campo para solucionar o problema do transito com a queda da ponte das lavandeiras.

A Coligação "Por Montemor, Tudo e Sempre"

O (A) Deputado(a) Municipal

Hosolo Guston de Sille Tenne

Montemor-o-Velho, 27 de junho de 2019

Preside le de Character gends entr que a AM vie trek de Viende le de Character comité res partidaines parc procedit pro19 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

REQUERIMENTO

Assunto: Pedido de consulta à Câmara Municipal de toda a documentação relativa à viagem da comitiva socialista a Moçambique.

Tendo por referência, a viagem de 10 dias da comitiva socialista a Moçambique no presente mês de junho, e por uma questão de transparência e rigor, a Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR TUDO E SEMPRE (PPD/PSD — CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Maria João Sobreiro, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal, pedir ao Sr. Presidente da Assembleia, que se digne solicitar à Câmara Municipal todos os documentos/informações relativos a este processo, nomeadamente:

- Qual o valor total correspondente aos bens angariados na campanha solidária que foram enviados para Moçambique?
- Qual o valor total correspondente à entrega, (transporte) dos bens em Moçambique?
- Existiu alguma cooperação com o Governo português e com as instituições que têm estado em missão nesse país, Cruz Vermelha, AMI, entre outras?
- -Qual foi o encargo total com desta viagem, de todas estas deslocações, incluindo ajudas de custo dos 7 elementos?
- -Tendo em consideração que foi mencionado que terão ido dar formação, gostaríamos de obter o plano da formação ministrada, bem como toda a documentação de suporte para a mesma (por exemplo slides, planificações, locais, público alvo)?
- Protocolos de Cooperação/ Acordos com os municípios de Ilha de Moçambique, Nacala e Nampula?
- -Porque escolheram estes locais e a que título?
- As localidades visitadas foram todas afetadas pela tempestade?
- Uma vez que ontem respondeu o Sr. Presidente de Câmara à agência lusa que não foram dar formação, mas, resolver problemas concretos na área financeira, administrativa, recursos humanos e engenharia civil, água e hidráulica e proteção civil, qual é o enquadramento da viagem da 2º secretaria da Assembleia Municipal Célia Craveiro?
- Pretendemos consultar a anulação da requisição no valor dos 10mil euros, bem como o comprovativo do pagamento efetuado pelos municípios moçambicanos desta despesa?

- Pretendemos verificar os pedidos dos municípios moçambicanos da presença de 3 políticos e dos 4 técnicos da autarquia?

A Coligação "Por Montemor Tudo e Sempre"

O (A) Deputado(a) Municipal

Maila joà sobreiro

Montemor-o-Velho, 27 de junho de 2019



REQUERIMENTO

Assunto: Pedido de consulta à Câmara Municipal de toda a documentação relativa à viagem da comitiva a Moçambique.

Tendo por referência a viagem de 10 dias da comitiva a Moçambique no presente mês de junho e por uma questão de transparência, rigor, a Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR TUDO E SEMPRE (PPD/PSD — CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Maria João Sobreiro, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que se digne solicitar à Câmara Municipal todos os documentos/informações relativos a este processo, nomeadamente:

- Qual o valor total correspondente aos bens angariados na campanha solidária que foram enviados para Moçambique?
- Qual o valor total correspondente à entrega (transporte) dos bens em Moçambique?
- Existiu alguma cooperação com o Governo português e com as instituições que têm estado em missão neste país, Cruz Vermelha, AMI, entre outras?
- -Qual foi o encargo total com desta viagem, de todas estas deslocações, incluindo ajudas de custo dos 7 elementos?
- -Tendo em consideração que foi mencionado que terão ido dar formação, gostaríamos de obter o plano da formação ministrada, bem como toda a documentação de suporte para a mesma (por exemplo slides, planificações, locais, público alvo)?
- Protocolos de Cooperação/ Acordos com os municípios de Ilha de Moçambique, Nacala e Nampula?
- -Porque escolheram estes locais e a que título?
- Uma vez que ontem respondeu o Sr. Presidente de Câmara à agência lusa que não foram dar formação, mas resolver problemas concretos na área financeira administrativa recursos humanos e engenharia civil, água e hidráulica e proteção civil, qual é o enquadramento da viagem da 2º secretaria da Assembleia Municipal Célia Craveiro?
- Pretendemos consultar a anulação da requisição no valor dos 10mil euros, bem como o comprovativo do pagamento efetuado pelos municípios moçambicanos desta despesa?
- Pretendemos verificar os pedidos dos municípios moçambicanos da presença de 3 políticos e dos 4 técnicos da autarquia?

A Coligação "Por Montemor Tudo e Sempre"

O (A) Deputado(a) Municipal

Mariciosa Sosao

Montemor-o-Velho, 27 de junho de 2019